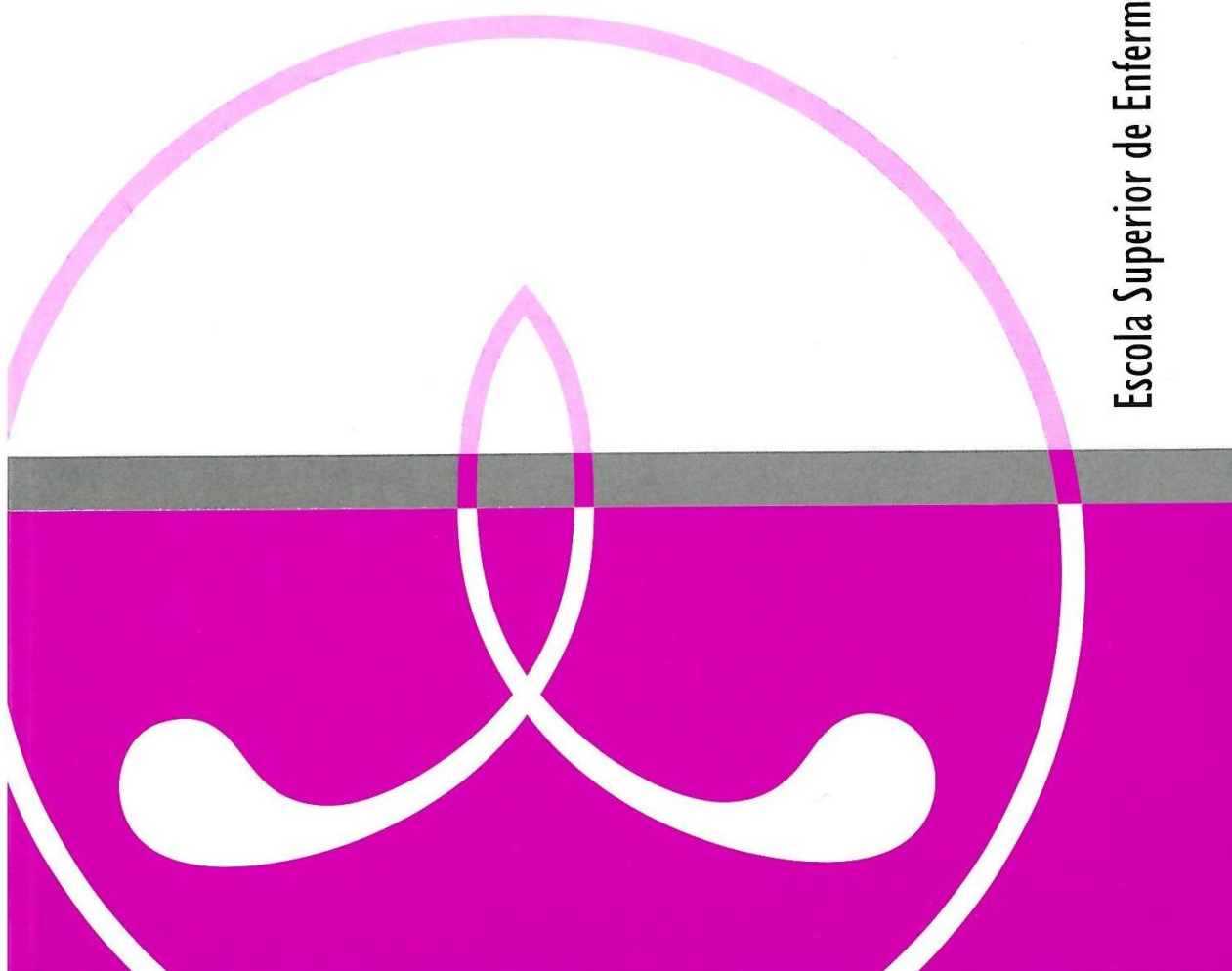

PLANO DE ACTIVIDADES: ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2009

Escola Superior de Enfermagem de Coimbra



ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

PLANO DE ACTIVIDADES:
ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

2009

ÍNDICE

I - NOTA INTRODUTÓRIA	5
II – BREVE SÚMULA HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO DOS AMBIENTES EXTERNO E INTERNO EM QUE SE INSERE A ACTIVIDADE DA ESENEFC	7
III - IDENTIFICAÇÃO E TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE PRESTA	21
IV – MISSÃO, VISÃO E OPÇÕES ESTRATÉGICAS	25
V -EIXO 1 – FORMAÇÃO	29
– PROGRAMA 1 - FORMAÇÃO INICIAL	29
– PROGRAMA 2 - FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA, DE PÓS-LICENCIATURA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM E FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA	31
– PROGRAMA 3 - PARCERIAS/COLABORAÇÃO COM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PARA O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO INICIAL E PÓS-GRADUADA	33
VI – EIXO 2 – INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	34
- PROGRAMA 1 - APOIO À INVESTIGAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES DA ESCOLA	34
- PROGRAMA 2 - APOIO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE: DOMÍNIO DE ENFERMAGEM, QUE A ESCOLA ACOLHE	35
- PROGRAMA 3 - APOIO À FORMAÇÃO DE INVESTIGADORES	37
VII – EIXO 3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE	38
- PROGRAMA 1 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E ACTIVIDADES DE EXTENSÃO	38
VIII – EIXO 4 – INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO	41
- PROGRAMA 1 - INTERNACIONALIZAÇÃO	41
- PROGRAMA 2 - COOPERAÇÃO COM PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA	43
IX – EIXO 5 – COMUNIDADE EDUCATIVA	44
- PROGRAMA 1 - QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE	44
- PROGRAMA 2 – QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO NÃO DOCENTE	45
- PROGRAMA 3 - APOIO SOCIAL AO ESTUDANTE E PROMOÇÃO DO SEU DESENVOLVIMENTO GLOBAL	46
- PROGRAMA 4 - PROMOÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E CIDADANIA ACADÉMICA	49

X – EIXO 6 – DIRECÇÃO, GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO	----- 51
- PROGRAMA 1 - DIRECÇÃO ESTRATÉGICA, CONSOLIDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	----- 51
- PROGRAMA 2 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	----- 54
- PROGRAMA 3 - REMODELAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E EQUIPAMENTO DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS	----- 55
XI - METAS PARA O ANO 2009	----- 57
XII – ACTIVIDADES E RECURSOS	----- 60
ANEXOS	
ANEXO I – PROPOSTA DE ORÇAMENTO PRIVATIVO	----- 61

I – NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Actividades da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra para o ano de 2009, que o Conselho Directivo submeterá à discussão da Comunidade Educativa e à apreciação e aprovação da Assembleia de Escola, foi elaborado nos termos do Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de Setembro. É um instrumento que deverá ser entendido não só à luz das obrigações legislativas e estatutárias, mas como um meio de orientação estratégica e apreciação da política da Escola aos níveis científico, pedagógico, cultural e organizativo com vista a responder aos desafios que o país e a Sociedade em geral nos colocam.

Este Plano continua a ter como base o Programa do Conselho Directivo para o triénio 2006-2009, o Plano Estratégico para a Formação na Área da Saúde, o Programa Compromisso com a Ciência, a legislação de enquadramento da Escola no Ensino Superior Politécnico, os novos Estatutos da Escola, o Programa do Governo para o Ensino Superior e as Grandes Opções do Plano 2005-2009-actuações do governo previstas para 2009, aprovadas pela Assembleia da República. No entanto, foi central para a definição das prioridades e estratégia para 2009: a reflexão desenvolvida pela comunidade educativa, no plano interno e sobre a envolvente externa, ao longo do trajecto percorrido no âmbito da Avaliação Internacional e da definição do plano estratégico 2009-2013: desenhar o futuro com todos.

O ano de 2008 foi marcado pela necessidade de dar resposta aos desafios decorrentes da adequação dos planos de estudos da licenciatura e pós-licenciaturas a Bolonha, o processo de avaliação da unidade de investigação, o processo de auto-avaliação e avaliação internacional pela European University Association (EUA), o desenvolvimento do plano estratégico 2009-2013: desenhar o futuro com todos e a adequação dos Estatutos da Escola ao novo Regime Jurídico do Ensino Superior; ao mesmo tempo procurámos trabalhar na consolidação da nova identidade de Escola. Paulatinamente, com um excepcional envolvimento de toda a comunidade educativa, todos os processos estratégicos que tínhamos delineado desenvolver no último ano foram concretizados.

Em 2009 continuaremos a trabalhar para assegurar que a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra terá as condições para continuar a percorrer uma trajectória de crescimento sustentado, assente no exercício de uma autonomia responsável, criativa e transformadora, no conhecimento, na capacidade de inovação e mudança, na qualidade dos recursos humanos, e na qualidade das

condições para o desenvolvimento global dos estudantes e colaboradores, aspectos reconhecidamente fortes da nossa instituição.

O cenário que envolverá o desenvolvimento da actividade da Escola não será marcadamente diferente do vivido em 2008. Será, por isso necessário que nos continuemos a diferenciar pela qualidade, por garantirmos o desenvolvimento de competências profissionais de concepção, para fazer frente à incerteza, a necessidades complexas e em contextos polivalentes; por prepararmos para a competitividade e mobilidade no mercado de emprego; por implementarmos, cada vez mais, um modelo de formação centrado no trabalho do estudante e no desenvolvimento de competências profissionais; por desenvolvermos nos nossos estudantes competências de empreendedorismo, e de utilização cada vez mais eficaz das tecnologias de informação e comunicação nos processos de trabalho; por continuarmos a investir nos domínios da autoformação e na investigação. Garantindo o sucesso dos princípios de Bolonha.

Queremos que a nossa “marca”, ESEnfC seja reconhecida por uma formação, investigação e prestação de serviços que correspondem aos mais elevados critérios de qualidade, pelas elevadas taxas de procura e satisfação dos estudantes com a escola e os cursos; pelas relações próximas com todos os parceiros externos, por cooperação activa com as instituições de saúde, de ensino, poder local e organizações não governamentais da sociedade civil no âmbito das nossas áreas de missão; pela eficiência de gestão pedagógica, científica, administrativa, financeira e patrimonial e por garantir um espaço de liberdade, diversidade e tolerância a quem nela estuda e trabalha.

O futuro não se pode prever, mas pode ser preparado¹ é por isso que acreditamos que a continuação da nossa afirmação como instituição de ensino superior depende da nossa memória do passado, da nossa análise do presente e da nossa antecipação do futuro. Fizemos o esforço conjunto de desenhar o nosso futuro institucional, olhando o horizonte nacional e internacional que nos cerca e examinando os diferentes cenários possíveis de desenvolvimento; decidimos sobre o nosso plano estratégico 2009-2013, norteados por este poderoso instrumento de gestão estamos já hoje a construir o futuro da ESEnfC que a todos nós orgulha por ser uma instituição de ensino superior forte, de relevo na nossa cidade e no nosso país.

No momento de apresentarmos o plano de actividades para 2009 o convite que fazemos a toda a comunidade educativa é o de continuarmos, em cada dia, a prosseguir o compromisso de transformar a visão, em conjunto definida, em realidade colectivamente construída.

¹ Prigogini, 1977

II – BREVE SÚMULA HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO DOS AMBIENTES EXTERNO E INTERNO EM QUE SE INSERE A ACTIVIDADE DA ESEnfC

A) CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE EXTERNO

A ESEnfC resulta da fusão da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca e da Escola Superior de Enfermagem de Bissaya Barreto conforme Artigo 4º do Decreto-Lei nº 175/2004 de 21 de Julho (DR nº 170 - I Série A).

A Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca foi fundada em 1881. Inicialmente denominada "Escola dos Enfermeiros de Coimbra", de cariz particular, entrou em funcionamento a 17 de Outubro desse ano com o principal objectivo de formar pessoal de Enfermagem para prestar serviço naqueles hospitais. A Escola Superior de Enfermagem de Bissaya Barreto (ESEBB) foi criada em 1971, como serviço oficial do Ministério da Saúde e Assistência dotado de autonomia técnica e administrativa, para funcionar junto ao Centro Hospitalar de Coimbra cujas necessidades de pessoal de enfermagem lhe competia satisfazer. O processo de fusão das Escolas teve origem após a publicação do Decreto-Lei nº 99 de 2001, que criava os Institutos Politécnicos de Saúde, modelo organizativo que não obteve a concordância da generalidade dos docentes, tendo iniciado um movimento, com vista à fusão das escolas em Coimbra, Lisboa e Porto, defendia-se que a fusão das escolas era a forma mais adequada para a potencialização da massa crítica indispensável ao desenvolvimento científico da enfermagem. Assim, em 2002, foi assinado um Protocolo de Cooperação com vista à fusão entre a ESEBB e a ESEAF, e, posteriormente, foi criada uma Comissão de Coordenação da Fusão que iniciou funções a 27 de Outubro de 2004. Consciente da complexidade do processo de fusão de duas grandes escolas, com culturas organizacionais fortes, esta Comissão propôs-se desde o início envolver toda a comunidade escolar nas diferentes iniciativas, organizando diversos grupos de trabalho, dinamizando a participação dos diversos corpos de ambas as Escolas através de debates programados de modo a elaborar uma proposta de Missão, Visão e formas de Organização da Nova Escola, bem como o Projecto de Estatutos da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra de forma amplamente participada. O Projecto dos primeiros Estatutos da ESEnfC foi aprovado a 22/12/2005 pela Comissão Estatutária eleita para o efeito.

Os Estatutos da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra foram homologados pelo Despacho Normativo nº 20/2006 de 17 de Março cuja publicação consta no Diário da Republica nº 55 - I Série B (anexo 11). Em Maio de 2008, por força da alteração do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, a ESEnfC elaborou nova proposta de estatutos, que se encontra actualmente em fase de homologação pela tutela.

A ESEnfC é dotada de autonomia científica, pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial, sem constrangimentos políticos, sociais ou religiosos e é desde 14 de Agosto de 2006, a maior Escola de Enfermagem em Portugal.

A organização interna da ESEnfC, ainda actualmente em vigor, está prevista nos estatutos tendo como órgãos de gestão: a assembleia de escola, conselho directivo, conselho científico, conselho pedagógico, conselho para a qualidade e avaliação e, ainda, o conselho administrativo e conselho consultivo. Contribuem ainda para a concretização da gestão / coordenação operacional, científica, pedagógica e de investigação e para a concretização das diferentes áreas de missão as Unidades Científico-Pedagógicas onde estão incluídos todos os docentes. A ESEnfC conta ainda com um Gabinete de Relações Nacionais e Internacionais e a Unidade de Investigação.

Os factores externos que se constituem hoje como influências ao desenvolvimento da ESEnfC radicam principalmente:

- Na necessidade de Portugal, desenvolver capital humano, continuando a contribuir para fazer da Europa “ a economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo, capaz de um crescimento económico duradouro acompanhado da uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de maior coesão social”, entre outros aspectos: aumentando os seus indicadores relativos à percentagem de população com educação superior (as metas propostas pela OCDE para 2010 são de que Portugal atinja os 15% de licenciados, o actual indicador situa-se nos 11%)²; passando o indicador da população que completa o ensino secundário de 45% para 65%, no mesmo período; garantindo que a formação ao longo da vida, com vista a recuperar os défices científicos e tecnológicos, passa de 4,8% para 12,5%, em 2010³;
- No rápido desenvolvimento científico e tecnológico, nas rápidas mudanças sócio-económicas, sócio-culturais, sócio-políticas, ambientais e demográficas que determinam a emergência de novo problemas de saúde, marcados pela complexidade, pela incerteza e pela imprevisibilidade que levam a que exista “a convicção cada vez mais generalizada, que à sociedade é cada vez mais essencial a existência de uma profissão de enfermagem capaz de contribuir para a resolução dos problemas das pessoas, em cenários que vão desde o domicílio ao hospital e com intervenções desde a prevenção à cura e à recuperação de um grau de independência que (re)permita à pessoa viver com o mais elevado nível de bem estar.”³

² OCDE (2006) – Revisões das políticas nacionais para a educação: ensino terciário em Portugal. (s.n). Relatório dos observadores apresentado a 13 de Dezembro em Lisboa no Centro Cultural de Belém.

³ Ordem do Enfermeiros (2008) – Plano Estratégico do Ensino de Enfermagem 2008-2012.

De entre as alterações mais significativas destaca-se o decréscimo significativo da população do grupo etário dos 0 aos 14 anos. O crescimento da população de 65 e mais anos com o declínio nas taxas de nascimento traduz-se no aumento do índice de envelhecimento. Indicadores também significativos, na caracterização do estado de saúde da população portuguesa, são o aumento da esperança de vida ao nascer e a diminuição da mortalidade infantil, mortalidade materna e perinatal. Existem no entanto dados⁴ que apontam para a existência de uma mortalidade evitável passível de ser alterada com intervenções sensíveis aos cuidados de enfermagem.

São apontados como eixos prioritários de acção⁵ o estudo, prevenção e tratamento das doenças não transmissíveis, com prioridade para a saúde mental, as doenças cardiovasculares, o cancro, o problemas relacionados com os acidentes de viação e de trabalho e as doenças respiratórias, a prevenção das toxicodependências, o HIV/SIDA, os problemas relacionados com o envelhecimento, com exclusão social e as desigualdades em saúde. Os enfermeiros tomam como objecto de estudo e foco de atenção profissional a promoção dos projectos de saúde que cada pessoa vive e persegue e a promoção dos processos de readaptação das respostas humanas às diferentes transições visando a máxima independência nas actividades de vida diária. São por isso um grupo profissional determinante na implementação do plano nacional de saúde.

A elevada complexidade que caracteriza os problemas de saúde tem feito revelar as limitações da análise dos problemas num ambiente unidisciplinar e reforçado a ideia de que a análise multidisciplinar enriquece a qualidade das soluções e melhora a qualidade dos cuidados de saúde⁶. Este cenário faz crer que são necessários não apenas mais enfermeiros mas também mais enfermeiros especialistas, ao mesmo tempo que desafia a comunidade académica a desenvolver a investigação de modo a sistematizar os saberes disciplinares.

- Nas alterações demográficas que apontam para uma diminuição da população jovem, em Portugal da ordem dos 100 000 ou 20% até 2020. No número do grupo etário dos 15 aos 24 anos prevê-se uma diminuição de 150.000 jovens até 2010 e que o número dos jovens entre os 15 e os 29 anos desça até 2020 em 500000⁷, o que trará garantidamente repercussões no ensino superior.

- No défice de enfermeiros generalistas e na necessidade de formar especialistas em Enfermagem. Esta situação já tinha sido caracterizada no Plano Estratégico para a formação nas áreas da Saúde pelo Grupo de Missão, em 2001 e tem sido sistematicamente reafirmada pela Ordem dos

⁴ Cuidados de saúde primários em Portugal. Reformar para novos sucessos, 2008

⁵ Plano Nacional de Saúde

⁶ Abel Paiva e Silva (2003).

⁷ OCDE (2006) – Revisões das políticas nacionais para a educação: ensino terciário em Portugal. (s.n). Relatório dos observadores apresentado a 13 de Dezembro em Lisboa no Centro Cultural de Belém.

enfermeiros. Na Europa as estatísticas também revelam a falta generalizada de enfermeiros nos principais países. Em Portugal, tal como reconhecido pelo Ministério da Saúde, para que se alcance o rácio médio da EU (5, 9 enfermeiros/1000 habitantes) falta cerca de 20000 profissionais. Aliás, nos últimos anos, Portugal tornou-se um país de acolhimento de profissionais estrangeiros, principalmente espanhóis.

A meta calculada para Portugal continental em 2010 é de 517,3 enfermeiros por 1000 000 habitantes⁸. O melhor rácio na União Europeia em 2004 correspondia à Irlanda e era de 1500 enfermeiros por 100 000 habitantes⁹. Em Portugal em 2006, existiam 472,3 enfermeiros por 100 000 habitantes. Relativamente aos especialistas o seu número é muito reduzido. Portugal apresenta um rácio de 4.6/1000 habitantes, estando abaixo deste valor a Grécia, México, Coreia e Turquia. O valor médio dos países da OCDE é de 8.9 enfermeiros por 1000 habitantes¹⁰.

- Nos dados do Fórum Económico Mundial, que apontam para que na próxima década o recrutamento de pessoas para o trabalho, particularmente o trabalho técnico, científico e intelectual, será feito à escala mundial o que implica que o multilinguismo e a alta qualificação são condições diferenciadoras na obtenção de emprego;

Tendo em conta os indicadores anteriores a Escola aposta:

- Na formação de enfermeiros, enfermeiros especialistas, e no desenvolvimento da sua formação ao longo da vida, dando atenção ao desenvolvimento de competências linguísticas dos estudantes e essencialmente ao envolvimento dos estudantes em projectos na comunidade que articulem formação/ inovação e investigação, que lhes permitam desenvolver competências diferenciadas;
- Na investigação;

Para além do contexto geral descrito que representa um desafio às nossas capacidades de resposta às necessidades sociais e futuras, no que diz respeito ao ensino superior, vive-se actualmente uma fase de mudança do ponto de vista estrutural (Regulamento Jurídico das Instituições do Ensino Superior) e de dificuldades conjunturais (diminuição do financiamento) que também desafiam as capacidades da escola de modo a transformar ambas em oportunidades de desenvolvimento.

⁸ INE, 2007

⁹ OCDE, Health data, 2006

¹⁰ OECD (2007) Health Data; Statistics. www.oecd.org/document and indicators for 30 countries.

A) RECURSOS HUMANOS

- Docentes

Da carreira docente do ensino superior politécnico, de acordo com o Decreto-lei nº 185/81 de 1 de Julho fazem parte as categorias de assistente, professor adjunto e professor coordenador. A ESEnfC conta actualmente com 115 docentes do quadro, em regime de nomeação definitiva, assim distribuídos: 39 com a categoria de professor coordenador, 64 professores adjuntos, 12 assistentes. Para além destes leccionam na escola a tempo integral nove enfermeiros convidados e outros 108 docentes em tempo parcial, totalizando os convidados 16,47 Equivalente a Tempo Integral (ETI) enquanto os docentes em tempo integral correspondem a 124 ETI.

De acordo com o recente Decreto-lei nº 74/2006 de 24 de Março mais de 50% do corpo docente das instituições de ensino politécnico deve estar habilitado com o grau de doutor ou a categoria de especialista, reconhecida a quem for detentor do grau de doutor, ou tiver sido sujeito a provas públicas, para poder ministrar cursos conferentes do grau de licenciatura. Nos últimos anos a ESEnfC apoiou a formação de docentes através de candidaturas a apoios existentes, nomeadamente PRODEP, comparticipação económica no pagamento das propinas, e flexibilização de tempo lectivo. Assim, num total de 115 docentes, 100 docentes possuem o grau académico de mestre e foi possível aumentar de 11 para 31 doutores, de 2004 ao início 2008. Apesar deste aumento encontram-se ainda a desenvolver processos doutorais 44 docentes, 22 dos quais em Enfermagem. O investimento na qualificação do corpo docente permitirá à Escola cumprir brevemente os requisitos previstos na Lei nº62/2007 de 10 de Setembro.

A ESEnfC conta ainda no seu quadro com 46 docentes com formação pós-graduada na área da pedagogia.

- Funcionários Administrativos e de serviços

A ESEnfC conta com 84 funcionários não docentes de nomeação definitiva no quadro, apresentando variadas qualificações e funções: seis são técnicos superiores, 11 são técnicos, 31 pertencem à carreira administrativa, três são operários e 33 são auxiliares. A escola conta ainda com 27 colaboradores em áreas técnicas específicas, para além dos funcionários do quadro.

B) INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A ESEnfC conta para o desenvolvimento das suas áreas de missão e serviços com dois edifícios: Pólo A, situado na Av. Bissaya Barreto, desde 14 de Fevereiro de 1978, e Pólo B, situado na Rua 5 de Outubro, S. Martinho do Bispo, desde 1991, e com um processo de remodelação e ampliação recentemente concluído.

Nos últimos anos foram levadas a cabo obras de melhoramento nos espaços de apoio ao trabalho docente (gabinetes, salas de reunião) e de ensino aprendizagem (laboratórios e biblioteca), dos serviços académicos (maior espaço e acessibilidade) e dos estudantes através de mais espaços para trabalho de grupo e nova sede da associação de estudantes.

A construção e equipamento de laboratórios de aprendizagem tem sido um objectivo perseguido pela ESEnfC dada a sua importância no processo de ensino / aprendizagem. Assim, contamos hoje com 15 espaços adequadamente equipados com as mais recentes tecnologias de simulação em áreas genéricas de enfermagem e específicas: técnicas instrumentais básicas, obstetrícia, reabilitação, pediatria, cuidados intensivos. Estão em curso obras que remodelarão mais cinco laboratórios, que devem estar concluídas no início de 2009 e que foram objecto de uma candidatura a financiamento do QREN.

A existência de dois pólos e a distância entre eles faz com que as tecnologias de informação e comunicação assumam uma importância excepcional na organização e funcionamento da escola, tornando as intervenções a este nível prioritárias e determinantes. Assim, a escola possui uma infra-estrutura física de rede da ESEnfC que se baseia em cablagem estruturada, com interligação em fibra óptica entre os bastidores e distribuição em cabo UTP Cat5 e Cat6 até às tomadas. A rede possui uma estrutura lógica segmentada em 9 VLANs em cada um dos pólos, sendo duas delas utilizadas para difusão wireless. Existe uma interligação de fibra óptica entre o edifício escolar designado por Pólo A e o edifício da residência. A interligação entre os dois edifícios escolares baseia-se num circuito dedicado com um débito de 4Mb. Esta interligação suporta todas as comunicações de dados e voz internas à instituição. Serve de suporte a 433 postos de trabalho, distribuídos da seguinte forma: 143 destinados a docentes, 113 destinados a não docentes e 189 destinados a estudantes, a 21 servidores de dados, de serviços e de segurança e a uma central telefónica Alcatel OmniPCX com capacidade VOIP.

Os postos de trabalho estão equipados com sistemas operativos Microsoft (Windows XP Professional), Microsoft Office (Office 2003), SPSS 15, Antivírus AVG e Norton Antivírus Corporate Edition. Os servidores utilizam sistemas operativos Linux e Microsoft (Debian, Windows 2000 Server e Windows 2003 Server). A ESEnfC possui aplicações específicas de gestão, a saber, GIAF – Sistema Integrado de Informação (assistido pela empresa Indra Sistemas Portugal) que apoia as áreas da Contabilidade e Tesouraria, Recursos Humanos e Aprovisionamento, SOPHIA – Sistema Integrado de Gestão Escolar (assistido pela empresa Conhecer Mais TI) que apoia as áreas dos Serviços Académicos e da Contabilidade e Tesouraria (em parceria com o GIAF), SAPE – módulos Centros de Saúde e Hospitalar (assistido pela ACSS

– Administração Central do Sistema de Saúde), AGE – Aplicação para Gestão de Expediente (aplicação proprietária), Pasta Académica – Aplicação para gestão de conteúdos pedagógicos (aplicação proprietária), Gestor de conteúdos – Gestor para os módulos que compõem o portal institucional (aplicação proprietária) e uma aplicação Web para gestão de reservas da residência (aplicação proprietária). O licenciamento de software é garantido através de licenciamento individual, no caso das aplicações mais específicas (GIAF, SOPHIA, Norton Antivírus Corporate Edition, NVivo, ...), e de licenciamento de CAMPUS, no caso das aplicações mais genéricas (Microsoft e SPSS). As aplicações proprietárias, por serem desenvolvidas na ESEnfC, não carecem de licenciamento.

A ligação à Internet é assegurada pela Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) através da Rede Ciência Tecnologia e Sociedade 2 (RCTS2) usando dois pontos de ligação, um em cada edifício escolar, com um débito de 2048kbps no Pólo B e 4096kbps no Pólo A.

C) SERVIÇOS DE APOIO AOS ESTUDANTES

A ESEnfC destaca-se positivamente, entre outras coisas, pela elevada preocupação em relação ao sucesso dos seus estudantes.

Pode dizer-se que o êxito dos estudantes de qualquer instituição de ensino é um ponto representativo da qualidade do ensino, concretamente da sua eficiência científico-pedagógica. Um outro aspecto fundamental e indissociável do anterior, na formação dos estudantes, é o seu desenvolvimento social e pessoal.

Na ESEnfC os estudantes têm o privilégio de usufruir de um conjunto de serviços e projectos de apoio, que em muito se deve ao esforço de alguns estudantes mais ligados ao movimento associativo, mas que em muito também se deve, à política de abertura com que são acolhidos e outros promovidos pela própria direcção da ESEnfC e seus órgãos de gestão.

A Associação de Estudantes da ESEnfC é um dos serviços com maior importância para os estudantes e cuja gestão é assumida autonomamente por eleição de uma nova lista anualmente. Na organização interna desta associação sublinha-se o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) e o Núcleo de Formação e Cultura (NFC).

Ao nível de instalações, a ESEnfC conta com um terceiro edifício junto ao pólo A para residência dos seus estudantes. Dispõe de 210 camas, divididas por 104 quartos, com três ou duas camas. Tem ainda um refeitório e uma cafetaria em cada pólo. Distribuídas pelos dois pólos estão disponíveis 12 salas de estudo de segunda a sexta-feira entre as 8 e as 21 horas e aos sábados entre

as 8 e as 16 horas. Os estudantes podem ainda contar com infra-estruturas desportivas: um ginásio e campo de jogos ao ar livre.

A ESEnfC disponibiliza vários serviços de grande importância para os estudantes, entre os quais: apoio social; serviço de saúde e apoio escolar; tesouraria e serviços administrativos (nos quais se destaca a figura, integrada este ano, da *funcionária de referência* que acompanha o aluno ao longo de todo o curso) biblioteca; audiovisuais e informática (com um *mail* a funcionar intranet para todos os estudantes e uma página da escola actualizada diariamente com informações úteis aos utilizadores); reprografia e aprovisionamento.

Ao nível dos Serviços de Acção Social estão disponíveis técnicos superiores de serviço social, médicas e enfermeiras em espaços próprios nos dois pólos e apoio na área da psicologia e psiquiatria através de protocolo com o Serviço de Psiquiatria dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

A Associação de Estudantes, com estatutos publicados em Diário da República, tem ainda ao seu dispor duas áreas, uma em cada pólo, para desenvolver as suas actividades e um bar de exploração própria, no edifício da residência.

D) INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização da ESEnfC passa por incrementar e consolidar parcerias e projectos com instituições de saúde, de educação e outras afirmando a escola e o ensino de enfermagem nesses contextos. Considera-se muito importante o contacto com experiências de outros países, estimulando-se a curiosidade e apetência dos estudantes para a realização de parte da sua formação em contextos de países estrangeiros. Nesse sentido podemos verificar o aumento do número de estudantes (55,5%) e docentes (46 em 2007/08) em mobilidade e o alargamento das instituições envolvidas.

A escola participa no programa Sócrates/Erasmus, Leonardo da Vinci, no Projecto IP e Módulo Europeu, estando prevista a mobilidade para o presente ano lectivo de cerca de 74 docentes e alunos. Número que vai para além dos financiamentos obtidos, suportando a escola, com verbas próprias, parte das bolsas para mobilidade.

A ESEnfC mantém vários protocolos com instituições estrangeiras para a mobilidade de estudantes e docentes, colaboração lectiva e parcerias no desenvolvimento da investigação. Mais recentemente adoptou como uma das linhas de desenvolvimento prioritário a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, tendo assinado protocolos com Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Brasil.

Para 2008 / 2009 prevê-se a abertura de um Curso de Licenciatura em Enfermagem na Universidade de Cabo Verde, com a cooperação da ESEnfC na concepção e implementação do plano de estudos.

A escola promove ainda encontros internacionais no âmbito da Unidade de Investigação, tendo sido o mais recente “Congresso de Investigação em Enfermagem Ibero-Americano e de Países de Língua Oficial Portuguesa”.

A nível nacional a escola está integrada no programa de mobilidade Vasco da Gama.

E) LIGAÇÃO COM A COMUNIDADE

A presença da escola ao nível da comunidade faz-se através da prestação de serviços e projectos de intervenção, já referidos anteriormente, mas também nas associações de pares. Assim, a ESEnfC faz parte do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos (CCISP), onde a presidente do Conselho Directivo da Escola representa as escolas não integradas. Ocupa um lugar na Comissão Permanente do Fórum Ensino de Enfermagem. É membro de pleno direito da Associação das Universidades de Língua Portuguesa a par de outras instituições congéneres. É sócia da Associação de Saúde em Português e da Associação de Profissionais de Saúde de Cuidados de Saúde Primários dos Países de Língua Portuguesa. Ao nível mais regional pertence à Agência de Desenvolvimento Regional – Coimbra Vita, onde tem participado em inúmeras iniciativas no âmbito de “Coimbra, Cidade da Saúde”.

Paralelamente a ESEnfC desenvolve uma intensa actividade alicerçada em protocolos existentes com as mais diversas instituições de saúde, ensino, associações profissionais, de doentes e familiares, além das instituições internacionais.

F) FINANCIAMENTO

O financiamento da escola surge como outra área prioritária, dada a principal fonte económica ser oriunda do orçamento geral do estado e, assistirmos à diminuição dessa verba, com introdução de critérios de qualidade, indicadores de procura e eficiência de gestão, que pressionam as instituições a competir entre si e a sentir a necessidade de garantir o financiamento produzindo receitas próprias através da optimização e diversificação de serviços.

No ano de 2007 o orçamento próprio da escola representou perto de 30% (29,78) o que pensamos ser bastante significativo, numa escola de enfermagem e tendo em conta o panorama nacional.

G) QUALIDADE

A qualidade desempenha um papel fulcral no sistema de ensino da ESEnfC: qualidade ao nível das principais funções que cabem à Escola; qualidade ao nível dos recursos tecnológicos, dos espaços educativos e infra-estruturas; qualidade ao nível da organização e gestão institucionais e das relações inter-institucionais; qualidade ao nível do ambiente humano e do trabalho.

A Escola conta com o Conselho para a Qualidade e Avaliação (CQA) que faz parte dos seus órgãos de Gestão. Este Conselho foi criado pelos Estatutos da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, sendo uma estrutura inovadora, ao nível dos Órgãos de Gestão das instituições do Ensino Superior Politécnico em Portugal. Assume-se como vector estratégico na consolidação do prestígio da Escola e tem como missão promover a Qualidade na ESEnfC, tornando-a marca de excelência e factor distintivo, com enfoque na satisfação dos clientes e na melhoria contínua dos processos e serviços. Compete-lhe conduzir os processos de recolha, tratamento e organização da informação.

Na definição da Política da Qualidade da ESEnfC, sublinha-se a necessidade de manter uma ligação estreita com sistemas de avaliação sistemática e de regulação, sustentada numa cultura de avaliação, de auto-regulação e de autonomia e responsabilidade. A sua implementação envolve os Conselhos Directivo, Científico e Pedagógico da Escola, os docentes, os estudantes, os funcionários, os diplomados, as entidades empregadoras e o CQA.

As escolas desempenham na sociedade uma tarefa cuja avaliação não deve ser produzida ao simples cálculo de aprovações e reprovações. Também, indicadores como o número de professores, mestres e doutores apontam no sentido da melhoria da qualidade, mas devem associar-se sistemas de avaliação dos cursos, dos programas, os intercâmbios culturais, a participação dos docentes na dinâmica das Escolas e até o Processo de Bolonha.

O Conselho para a Qualidade e Avaliação assumiu o processo de avaliação com a convicção de que uma avaliação séria e independente contribui para a auto-reflexão e mobilização para a mudança no caminho da melhoria contínua, sendo por isso um dos determinantes para a estruturação do futuro.

Tem sido recolhida informação diversa, a saber:

- No sentido de se obterem dados concretos sobre o grau de satisfação da comunidade escolar (docentes, não docentes e discentes), são realizados estudos, através de questionário, de carácter geral e específico. Estes questionários são aplicados semestralmente.
- Com finalidade construtiva e formativa têm sido realizados estudos, através de questionários, referentes a cada unidade curricular, na perspectiva dos docentes e dos estudantes. Estes

questionários pretendem garantir a participação dos estudantes no processo ensino/aprendizagem e proporcionar aos docentes elementos relevantes relativamente aos métodos de ensino e de avaliação. Estes questionários são preenchidos pelos estudantes no final de cada unidade curricular, antes da avaliação da mesma. Para este efeito procede-se, em sala de aula ou local de ensino clínico, à entrega dos questionários aos estudantes que após respondidos os colocam em envelope.

- Têm sido ainda realizados estudos de empregabilidade na perspectiva dos diplomados e das entidades empregadoras que têm revelado resultados muito positivos - as apreciações maioritariamente no bom e muito bom.

Importa clarificar que os parâmetros avaliados constituem-se como indicadores que promovem a reflexão e criam condições para a concepção de soluções e para o sucesso organizacional e garantia da qualidade do ensino. Implementar um sistema de qualidade é implementar boas práticas, sistematizá-las, monitorizá-las e melhorá-las continuamente.

Os relatórios produzidos estão disponíveis na página da escola e foram divulgados, na totalidade ou em parte, a nível interno, de diversas formas: remetidos via intranet e/ou e-mail à comunidade educativa e ainda apresentados publicamente (abertura solene das aulas).

Alguns resultados, pela sua relevância, são salientados pela CQA e propostas sugestões de mudança. Em termos práticos, deixamos como exemplo de práticas da organização escolar, alteradas em 2007 / 2008, como resultado da avaliação do ano anterior: a “diminuição do número de estudantes nas aulas teórico-práticas e práticas, através da divisão de turmas”, por haver expressão dos estudantes de que esse número era elevado; ampliação de um dos edifícios escolares, com aumento de “salas para trabalhos de grupo de estudantes”, por haver referência da sua carência; e “intervenção formativa junto de não docentes”, tendo em conta pontos críticos identificados.

No processo de auto-avaliação levado a cabo durante o ano de 2008 no âmbito do processo de avaliação pela EUA, em curso, foram identificados pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades.

Destacamos como pontos fortes identificados pela comunidade educativa, que participou activa e massivamente neste processo, os seguintes: as instalações, recursos e localização; a qualificação dos colaboradores; o plano Estratégico existente e em desenvolvimento, os processos de liderança e organização interna; o envolvimento e motivação das pessoas nas tarefas críticas e projectos inovadores; a representatividade dos estudantes nos órgãos de gestão; o reconhecimento institucional nacional e internacional; a oferta formativa e as taxas de sucesso; a

produção e divulgação científica; a existência de um Conselho Para a Qualidade e Avaliação e processos de autoavaliação; as parcerias estabelecidas com diferentes instituições e estratégias direccionadas para a comunidade e o crescimento sustentado da mobilidade nacional e internacional. Como pontos fracos foram assinalados: o ainda incipiente desenvolvimento da cultura organizacional; os ainda deficientes circuitos de comunicação / informação interna, estabelecidos após a fusão; a insuficiente definição de indicadores de resultados; a necessidade sentida por alguns de redefinição de critérios para a formação; a excessiva dispersão e volume de actividades; o sentimento de que a gestão de processos é centralizadora e burocrática.

A oportunidade de reflexão que o processo de auto-avaliação e de discussão em torno do plano estratégico para 2009- 2013 deu à comunidade educativa permitirão ao longo de 2009 reforçar os pontos forte e alterar os pontos fracos. Medidas com este objectivo são introduzidas neste plano de actividades.

H) EMPREGABILIDADE

O estudo da empregabilidade tem demonstrado uma taxa de 100% até há cerca de dois anos, altura em que, apesar das carências de enfermeiros, unanimemente reconhecidas, os processos de admissão nas instituições públicas, principais empregadoras, conheceram dificuldades orçamentais, por via da diminuição do financiamento às instituições públicas de saúde. Os últimos dados recolhidos pela CQA apontam para uma taxa de emprego sobreponível à realidade nacional, mas iniciando-se uma procura assídua do mercado de trabalho internacional, com principal incidência na Irlanda, Estados Unidos da América e Suíça.

Atenta a este novo fenómeno a ESEnfC, e em concordância com a sugestão apresentada pelos estudantes no âmbito da auto-avaliação, criou o gabinete de apoio aos novos licenciados onde, com a colaboração de docentes, se presta auxílio aos recém formados na procura e definição de estratégias para o emprego.

Dos estudantes que terminaram a sua graduação em Julho de 2006, 82,6% consideram-se satisfeito/muito satisfeito com o curso. As capacidades consideradas mais desenvolvidas pelos diplomados foram: *“Competências relacionais”*, *“Capacidade da individualização dos cuidados”*, *“Consciência ética”*, *“Empenho nas funções”*, *“Sentido de responsabilidade”* e *“Capacidade de auto-avaliação”*.

Na auscultação realizada junto das entidades empregadoras, mais de 70% são de opinião que todas as capacidades do diplomados se situam no nível Bom/Muito Bom /Excelente, excepto no que respeita à *“Capacidade de iniciativa”* e à *“Capacidade de tomar decisões”*, essa percentagem

situa-se pelos 50,0% (anexo 36). Estes dados vêm ao encontro da percepção que é expressa nas diversas reuniões realizadas ao longo do ano lectivo para o planeamento, preparação dos ensinamentos clínicos e articulação institucional, o que fez com que a ESEnfC esteja a levar a cabo projectos com vista ao desenvolvimento de competências de empreendedorismo e liderança.

I) ESTRATÉGIAS PARA A MUDANÇA

O contexto externo que envolverá o desenvolvimento da actividade da Escola caracteriza-se por um conjunto de desafios que podem ser vistos como ameaças e ou oportunidades de desenvolvimento. Neste cenário incluem-se: a diminuição da procura do ensino superior por efeito das alterações demográficas, que põem em questão a dimensão da oferta; o aumento da competição entre as instituições públicas e o aparecimento exponencial da oferta de ensino superior privado; as profundas alterações do mercado de trabalho, com diminuição da oferta de emprego em instituições de saúde públicas, com cada vez maior pressão para garantirmos na formação inicial o desenvolvimento de competências profissionais de concepção, para fazer frente à incerteza, a necessidades complexas e em contextos polivalentes; a necessidade de preparar para a mobilidade no mercado de emprego; as exigências de um novo modelo de formação centrado no trabalho do estudante e no desenvolvimento de competências profissionais, de empreendedorismo, e de utilização cada vez mais eficaz das tecnologias de informação e comunicação nos processos de trabalho, na autoformação e na investigação; exigências reforçadas pela aplicação do processo de Bolonha, que aumentará a capacidade dos diferentes agentes de comparar a qualidade da oferta, fará aumentar a mobilidade orientada, facilitará os sistemas de acreditação e produzirá diversos rankings; a diminuição do financiamento público, com introdução de critérios de qualidade, indicadores de procura e eficiência de gestão, que pressionam as instituições a competir entre si e a sentir a necessidade de garantir o financiamento produzindo receitas próprias através da optimização de serviços de investigação e transferência de conhecimento.

É para nós claro que o desenvolvimento e crescimento da escola, enquanto escola do ensino superior, passam pelo investimento e envolvimento de todos na diversificação da oferta formativa dirigida a novos públicos, numa perspectiva de formação ao longo da vida; pelo incremento da prestação de serviços de formação contínua e de implementação de novos sistemas de informação em saúde, que tiram partido das novas tecnologias de informação e comunicação e pela prestação de serviços de investigação¹¹.

¹¹ Bento, C. (2007). Editorial. Boletim Memo. Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

Tendo este quadro presente temos vindo a criar estruturas, a desenvolver a organização e a fortalecer redes no sentido de, no futuro, estarmos, ainda, mais preparados para antecipar as mudanças que se anunciam. É também neste contexto que incluimos a candidatura à avaliação externa pela EUA e a discussão em curso em torno do plano estratégico 2009 – 2013.

Ao longo do processo de auto-avaliação fomos utilizando os resultados para introduzir melhorias; ao longo de 2009 serão implementadas medidas no sentido de reverter os pontos fracos identificados. A forma como a comunidade educativa tem vivido as muitas mudanças, desencadeadas por factores internos e externos, transformando cada uma em oportunidades de desenvolvimento, revela a maturidade, vinculação e cultura de qualidade que a caracterizam.

III - IDENTIFICAÇÃO E TIPIIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE PRESTA

As actividades académicas da ESEnfC dividem-se por cursos de graduação, pós-graduação e pós-licenciaturas de especialidade. No corrente ano lectivo frequentam a escola 1633 alunos. Destes, 1375 frequentam a licenciatura em Enfermagem, 32 o Curso de pós-graduação em Urgências / Emergências e Gestão de Serviços de Enfermagem e 226 os Cursos de pós-licenciatura de especialidade (Enfermagem de Reabilitação; Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia; Enfermagem Médico-Cirúrgica; Enfermagem Comunitária; Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria e Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria). O número de alunos a frequentar a escola tem-se mantido relativamente estável, de acordo com os cursos oferecidos.

No plano de actividades de 2008 equacionava-se a possibilidade de alargar as pós-graduações ou cursos de formação avançada, já abertas noutros anos, a outras áreas: Enfermagem de Família, Enfermagem Oncológica; Liderança e Empreendedorismo em Saúde; Cuidados Continuados. A necessidade de dar prioridade à formação dos docentes e o elevado volume de trabalho decorrente das adequações dos planos de estudos a Bolonha, o desenvolvimento do plano estratégico 2009-2013 e adequação dos estatutos, não permitiram que se atingisse esse objectivo.

A) CURSOS DE GRADUAÇÃO

A oferta da licenciatura em Enfermagem tem sido uma preocupação e aposta da Escola dada a carência de enfermeiros em Portugal, comparativamente com os restantes países da União Europeia. Assim, nos últimos anos o número de admissões atingiu um patamar máximo de 320 vagas por ano lectivo.

O número de candidatos na primeira fase tem sido claramente superior ao número de vagas, tendo diminuído no último ano, apesar de continuar a ser superior ao número de vagas. Esta redução de candidatos pode ser explicada pela alteração dos critérios de admissão, através da inclusão de mais uma disciplina (Filosofia) pouco habitual nos cursos de saúde e por outro lado o aparecimento de uma nova instituição: ESEnfC, ao invés das habituais ESEBB e ESEAF separadamente. A diminuição na procura teve naturais repercussões nas médias de admissão que baixaram de 155,4 para 113. No sentido de ultrapassar a situação verificada e voltar a aumentar o número de candidaturas, a ESEnfC está a desenvolver, pela primeira vez uma campanha de divulgação em torno da sua actual designação tendo já retomado os critérios de admissão anteriormente em vigor.

Os alunos de graduação são maioritariamente (80,1%) constituídos por jovens do género feminino o que corresponde de forma genérica ao perfil da profissão em Portugal. Quanto à origem dos estudantes e, apesar de se manter como requisito uma preferência regional, a Escola é atractiva para jovens de todo o país e alguns da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

O curso de licenciatura de enfermagem tem uma taxa de sucesso elevada, tendo sido no último ano lectivo de 89,8%. Ao sucesso académico alcançado não são alheios os rácios de alunos/ETI de 9,79 no ano lectivo de 2007/2008 e uma preocupação constante na melhoria e adequação do processo de ensino/aprendizagem. Também o rácio de alunos/não docentes de 16,37, nos parece interessante, tendo a Escola recentemente adoptado a figura de funcionário de referência (gestor do estudante), responsável pelo acompanhamento do estudante ao longo da sua formação e centralizando todos os processos académicos administrativos que o estudante tem que realizar. A optimização deste novo modelo de gestão académica, centrado no aluno, exigirá no entanto no próximo ano o aumento do número de funcionários nos serviços académicos.

No próximo ano lectivo será iniciada a licenciatura com o plano de estudos adequado a Bolonha.

B) CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ESPECIALIDADE

Os cursos de pós-graduação de especialidade reconhecidos pela Ordem dos Enfermeiros para acesso à categoria de Enfermeiro Especialista (Enfermagem de Reabilitação; Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia; Enfermagem Médico-Cirúrgica; Enfermagem Comunitária; Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria e Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria) estão todos a ser leccionados na Escola. A ESEnfC aguarda o parecer da Direcção Geral do Ensino Superior para a sua adequação a Bolonha ao nível do plano de estudos do 2º ciclo (mestrado).

C) OUTROS CURSOS

A ESEnfC tem desenvolvido nos últimos anos, no âmbito da formação ao longo da vida, diversos cursos de curta duração nas mais diversas áreas de enfermagem. Ao nível de pós-graduações destacam-se a de Urgências / Emergências; Pedagogia; Administração e Gestão em Saúde; Enfermagem Oncológica e Enfermagem de Família. Desenvolve ainda, em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, a pós-graduação em Economia e Gestão em Organizações de Saúde.

D) INVESTIGAÇÃO

A aposta da ESEnfC no desenvolvimento da investigação científica e sua difusão, na inovação e desenvolvimento leva-a acolher a Unidade de Investigação em Ciências da Saúde: domínio de Enfermagem, acreditada pela Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT).

A unidade possui um Conselho Científico, composto pelos 28 investigadores doutorados, que elege um coordenador e uma comissão científica. Fazem ainda parte dos órgãos da unidade a Comissão Administrativa e a Comissão Externa Permanente de Aconselhamento Científico.

No final de 2008 conta com um universo de 112 investigadores, entre investigadores permanentes e temporários, 28 dos quais doutorados. Do ponto de vista científico organiza-se em torno de duas linhas: *Health Professionals Development and Health Education and Well being, health and illness*. Dos diferentes projectos de investigação que tem em curso, encontra-se a aguardar a decisão da FCT sobre os oito projectos de investigação que candidatou a financiamento em 2007. No decorrer de 2007 promoveu cerca de 116 iniciativas de divulgação do conhecimento produzido através de livros, artigos e comunicações em eventos científicos nacionais e internacionais, em 2008 a produtividade científica tem vindo a aumentar, não estando ainda neste momento disponíveis indicadores definitivos. No último quadriénio tem aumentado o número de investigadores, a sua qualificação e os outcomes científicos, aguardando-se os resultados da última avaliação realizada recentemente por peritos internacionais.

Encontra-se também em curso um novo projecto financiado pela Ordem dos Enfermeiros, após concurso, “Estudo das necessidades de Cuidados de Enfermagem da População residente em Portugal” em parceria com a Universidade de Évora - Centro de Investigação em Ciências e Tecnologias da Saúde, a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa – Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Enfermagem e a Escola Superior de Enfermagem de Santarém.

Ao nível internacional a unidade tem alguns projectos em colaboração com Instituições Europeias, da América Latina e América do Sul, sendo esta uma aposta de futuro para o desenvolvimento e consolidação internacional da unidade. Destes, destacamos os projectos: Comportamentos de Risco e Factores de Risco na Vida Nocturna Recreacional (IREFREA); Pain in Children; European Violence in Psychiatry Research Group (EVPRG); Las Casas; Comparative Study about the role and importance of the nursing schools; Hospital Virtual.

Por outro lado vários professores da ESEnfC, gozam de elevado reconhecimento académico e científico, sendo referentes de várias revistas. Outros fazem parte de órgãos sociais de associações e sociedades científicas de relevo nacional e internacional.

A unidade de investigação é financiada pela FCT e pela instituição acolhedora. Para a definição de critérios de financiamento a missões o Conselho Directivo da ESEnfC definiu normas, que se têm revelado incentivadoras do aumento da divulgação da produtividade científica.

IV – MISSÃO, VISÃO E OPÇÕES ESTRATÉGICAS

Durante o ano de 2008, a Escola desenvolveu o Plano Estratégico 2009-2013, processo que decorreu sobre o lema **“desenhar o futuro com todos”**, uma vez que se pretendia criar a oportunidade a toda a comunidade educativa de repensar a Escola e contribuir para a definição do seu projecto educativo. Foi neste âmbito, que com a participação de 150 representantes da comunidade educativa, se reviu a missão, se definiram os valores e a visão partilhada pela comunidade educativa. A necessidade de adequar os Estatutos da Escola ao novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior criou a oportunidade de verter nos novos Estatutos o resultado das reflexões e decisões conjuntas.

Os novos Estatutos da ESEnfC, aprovados em 28/05/2008 pela Assembleia Estatutária e enviados para homologação da tutela a 6/6/2008, definem a Escola como Instituição Pública de Ensino Superior Politécnico, pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

A Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, herdeira da mais antiga formação em enfermagem em Portugal, é uma instituição pública de referência nacional e internacional, pela sua qualidade e inovação, com intervenção reconhecida no sistema de saúde e na sociedade.

É constituída por uma comunidade educativa comprometida com a formação humanista, científica, técnica e cultural de profissionais socialmente reconhecidos, com a promoção de investigação acreditada, a difusão de conhecimentos e a prestação de serviços.

A ESEnfC tem como principais atribuições: a realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei; a criação do ambiente educativo apropriado às suas finalidades; a realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas; a transferência e valorização económica do conhecimento científico e tecnológico; a realização de acções de formação profissional e de actualização de conhecimentos; a prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento; a cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras; a contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua portuguesa e os países europeus; a produção e difusão do

conhecimento e da cultura. À ESEnfC compete, ainda, nos termos da lei, a concessão de equivalências e o reconhecimento de graus e habilitações académicas.

Na realização da sua missão, a ESEnfC orienta-se pelo respeito por uma matriz de valores inerentes à educação e à prática de cuidados de enfermagem, que valoriza a pessoa no centro da formação e dos cuidados e o respeito pela dignidade e bem-estar, constituindo princípios orientadores, entre outros, o desenvolvimento pessoal, profissional e da cidadania, a criatividade e inovação, a qualidade e competência, o sentido de profissionalismo e a cultura científica. Na concepção e prática dos mecanismos da sua administração e gestão, a ESEnfC orienta-se por princípios de solidariedade, democraticidade e participação, tendo em vista: garantir a livre expressão e a pluralidade de ideias e opiniões; garantir a liberdade de criação cultural, científica, artística e técnica; assegurar as condições necessárias para uma atitude de permanente inovação científica, pedagógica e tecnológica; garantir o envolvimento de todo o corpo docente, discente, técnico e administrativo nas actividades; promover uma estreita ligação com a comunidade na organização e realização de actividades, visando, nomeadamente, a inserção dos seus diplomados na vida profissional.

A ESEnfC considera eixos estratégicos de desenvolvimento, até 2013: a formação; a investigação, desenvolvimento e inovação; a prestação de serviços à comunidade; a internacionalização e cooperação; a comunidade educativa e a direcção, gestão, desenvolvimento e consolidação.

A ESEnfC visa globalmente, ao longo do próximo quinquénio, continuar a afirmar-se:

- Como uma referência nacional e internacional no desenvolvimento e afirmação da disciplina de enfermagem. A realizar a formação em parceria com instituições de saúde e de ensino superior nacionais e internacionais de referência, orientada para as novas necessidades sócio-demográficas, as exigências do mercado global de trabalho e a formação ao longo da vida, sendo primeira na atracção de estudantes para os três ciclos de formação em enfermagem.
- Como uma referência de excelência na produção, difusão e transferência de conhecimentos e na formação de investigadores. Contribui para o desenvolvimento de práticas inovadoras baseadas no conhecimento produzido. Reconhecida nacional e internacionalmente por articular sistematicamente a investigação, a formação e as práticas no domínio da enfermagem.
- Por desenvolver serviços de consultadoria e de inovação em enfermagem para responder às necessidades resultantes das alterações sociais, aplicar evidências científicas e facilitar processos de formação, investigação e empreendedorismo, em articulação e complementaridade com outras instituições comunitárias.

- Por ser reconhecida e procurada a nível internacional pela qualificação do corpo docente, da sua formação graduada e pós-graduada e investigação em enfermagem. Promover a mobilidade científica, técnica e cultural de docentes, não docentes e estudantes e o desenvolvimento de formação e investigação em rede com instituições congéneres.
- Por os profissionais formados pela ESEnfC serem reconhecidos socialmente pela excelência da sua formação global para a qual contribui uma cultura que se caracteriza pela centralidade na pessoa, respeito pela sua criatividade, inovação, compromisso com o projecto de escola, satisfação com o trabalho/estudo e pela articulação sistemática em todos os domínios da formação, inovação e investigação.
- Por ser uma referência no ensino superior a nível dos processos de gestão, desenvolvimento, consolidação e parcerias. Destacando-se pelo alto nível de participação na tomada de decisões centrada na auto-responsabilidade, pela organização sustentada dos seus processos e pela visibilidade na comunidade.

No sentido de dar corpo a esta visão partilhada propõe-se que durante o ano de 2009 a acção da ESEnfC se oriente pelas seguintes opções estratégicas:

A - A Qualidade:

- Qualidade por ser um contexto formativo, científico e culturalmente estimulante;
- Qualidade pela proximidade com as instituições de saúde e ensino superior nacionais e internacionais;
- Qualidade pela produção, divulgação e aplicação do conhecimento em enfermagem;
- Qualidade pela comunidade científica de excelência;
- Qualidade pela formação global e a realização pessoal e profissional da comunidade educativa;
- Qualidade pela direcção estratégica que optimiza os recursos e mobiliza a instituição;
- Qualidade pela sistema de gestão de pessoas que as coloca no centro da decisão;
- Qualidade por desenvolver serviços que promovem respostas inovadoras em saúde;
- Qualidade por ser reconhecida internacionalmente;
- Qualidade por desenvolver projectos de cooperação.

B – A Diversificação do programa de formação pós-graduada, e de pós-licenciatura e cursos de formação de curta duração;

C – O investimento na investigação científica, a inovação e desenvolvimento e a divulgação científica;

D – O investimento na prestação de serviços à comunidade/extensão na comunidade;

E – O investimento na internacionalização, dando especial ênfase aos projectos com os PALOP;

F – O investimento na articulação do ensino, investigação e extensão/prestação de serviços à comunidade.

No capítulo seguinte apresentaremos para cada eixo estratégico os programas em que se inserirão as diferentes medidas a implementar ao longo de 2009, bem como os objectivos que se pretendem atingir com cada um.

V -EIXO 1 – FORMAÇÃO

- PROGRAMA 1 - FORMAÇÃO INICIAL

OBJECTIVO:

- Garantir a excelência da formação inicial promovendo a sua melhoria qualitativa contínua, mantendo o reconhecimento pela comunidade e empregadores, e promovendo a maior satisfação dos estudantes com a formação.

Medidas:

1. Manter o número de admissões de alunos do ano lectivo de 2007-2008;
2. Continuar a contrariar os eventuais efeitos do elevado número de alunos por ano, mantendo no 1ºano, turmas para aulas teóricas com o máximo de 60 alunos, turmas para aulas teórico-práticas com cerca de 30 alunos e para aulas práticas 15 alunos. Tratar cada grupo de 60 alunos como um “curso” individualizado nos aspectos pedagógicos;
3. Promover um estudo independente sobre a avaliação do ensino-aprendizagem, no Curso de 2007/2008, para avaliar as implicações do modelo de organização escolar experimentado;
4. Garantir condições para que todos os alunos da escola desenvolvam o primeiro ensino clínico em grupos de seis alunos e com orientação semanal de docente 18 horas durante todo o ensino clínico;
5. Garantir a todos os estudantes acompanhamento pedagógico, em ensino clínico, por docentes da Escola pelo menos 12 horas por cada grupo de oito alunos, conforme proposta do Conselho Científico;
6. Manter os níveis de sucesso académico com um nível de reprovações residual;
7. Diversificar os recursos laboratoriais de forma a possibilitar o maior desenvolvimento de competências técnicas através da aprendizagem por simulação e em ambiente controlado;
8. Garantir os ETI(s) relativos aos docentes no ano lectivo 2008/2009, até ao máximo de 197, de forma a garantir os recursos necessários à normal transição de todos os estudantes para o plano de estudos adequado a Bolonha e de acordo com os critérios de

distribuição do trabalho docente aprovados pelo Conselho Científico, sem prejudicar o esforço de qualificação do corpo docente;

9. Incentivar uma maior integração de estudantes da licenciatura, como jovens investigadores em projectos da Unidade de investigação;
10. Continuar a criar condições a uma formação que desenvolva competências e atitudes que fomentem o empreendedorismo na área da saúde;
11. Optimizar as condições para o desenvolvimento do curso de Licenciatura adequado a Bolonha, de acordo com os princípios orientadores e pressupostos científico-pedagógicos inerentes ao Processo de Bolonha;
12. Organizar debates que permitam ao conjunto dos docentes o conhecimento interdisciplinar mútuo necessário para seleccionar os conteúdos que devem ser incorporados em cada Unidade Curricular e ano de formação;
13. Garantir o acompanhamento sistemático da implementação do novo plano de estudos de Licenciatura adequado a Bolonha;
14. Garantir a contínua actualização dos serviços de documentação e a continuidade da abertura de uma das bibliotecas, em alternância, ao Sábado de manhã;
15. Apoiar a criação de projectos de materiais didácticos com diferentes suportes de vídeo, informático, fotográfico e bibliográfico;
16. Continuar a melhorar os espaços e equipamentos (laboratórios, salas de estudo, salas para trabalhos de grupo, postos de trabalho informáticos, biblioteca e mediateca) destinados ao trabalho individual e de grupo, e rentabilizar os recursos educativos;
17. Criar uma comissão responsável pelas práticas laboratoriais que inclua os vários domínios do conhecimento clínico em enfermagem;
18. Optimizar os sistemas de cooperação e parceria para a orientação de alunos em ensino clínico.

– PROGRAMA 2 - FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA, DE PÓS-LICENCIATURA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM E FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA

OBJECTIVOS:

- Formar, ao longo da vida, quadros superiores qualificados para responder às necessidades sociais em matéria de cuidados de saúde e enfermagem, participar na produção do conhecimento em enfermagem e nos desafios da gestão em saúde.
- Incorporar na formação o novo conhecimento decorrente do contexto clínico e da investigação.
- Melhorar a gestão da formação revendo a adequação da oferta formativa para dar respostas às necessidades sociais.
- Desenvolver formação pós graduada em consórcio com instituições de ensino nacionais e internacionais.

Medidas:

1. Dar continuidade aos Cursos de Pós-Licenciatura em Enfermagem de Reabilitação, Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia, Enfermagem Comunitária, Enfermagem Médico-cirúrgica, Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria e Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria;
2. Aumentar o número de alunos e diversificar a oferta de programas de pós-graduação conducente à formação avançada dos profissionais em áreas específicas;
3. Criar cursos de aprofundamento e actualização, de curta duração, em áreas consideradas prioritárias no plano nacional de saúde, com vista a contribuir para a formação contínua dos enfermeiros e outros profissionais de saúde, numa perspectiva de formação ao longo da vida;
4. Manter com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a Pós-graduação em Economia da Saúde;
5. Incentivar uma maior integração de estudantes das Pós-licenciaturas e Pós-graduações, como investigadores em projectos da Unidade de Investigação;

6. Estudar a possibilidade de articulação através de creditação e reconhecimento de estudos entre os programas de Pós-Licenciatura, leccionados na Escola, e os programas de mestrado profissional remetidos para registo à Direcção Geral do Ensino Superior;
7. Promover a definição das condições de mobilidade entre os cursos de curta duração oferecidos pela Escola e os Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem, através de creditação e reconhecimento de estudos;
8. Criar um observatório com a finalidade de auscultação de novas necessidades das quais irá emergir nova oferta formativa;
9. Oferecer o terceiro ciclo em conjunto com Universidades estrangeiras, com tradição de desenvolvimento de formação conducente à obtenção do grau de doutor em enfermagem;
10. Preparar um projecto para a concepção, implementação e coordenação da figura do Enfermeiro de Família a nível europeu;
11. Criar uma comissão permanente para implementar nova formação Pós-graduada;
12. Criar um curso de Pós-Graduação em pedagogia e didáctica de enfermagem para enfermeiros;
13. Criar um projecto de formação, dirigido a Professores do Ensino Básico e Secundário sobre educação e saúde, a funcionar nos meses de Verão.

**– PROGRAMA 3 - PARCERIAS/COLABORAÇÃO COM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE
PARA O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO INICIAL E PÓS-GRADUADA**

OBJECTIVOS:

- Melhorar a gestão da colaboração com as instituições de saúde, para a formação.**
- Optimizar a efectividade da comunicação e articulação científico-pedagógica com as instituições de saúde.**

Medidas:

1. Continuar a renegociar os protocolos existentes com as Instituições de Saúde;
2. Criar condições ao desenvolvimento de dinâmicas de análise e reconceptualização da formação em ensino clínico e a experimentação de novos modelos de formação;
3. Regular através de acordos estabelecidos em adenda aos protocolos existentes os sistemas de cooperação e parceria na orientação de alunos;
4. Implementar momentos de partilha com docentes, enfermeiros e outros profissionais de saúde (debates, estudos de caso...) para a clarificação de metodologias em contextos de ensino clínico;
5. Formar grupos de trabalho para articular as práticas laboratoriais com as instituições de saúde para partilhar novos procedimentos e facilitar a implementação de novas práticas;
6. Criar um gabinete de gestão Científico Pedagógica dos ensinos clínicos;
7. Criar um curso de Pós-Graduação em pedagogia e didáctica de enfermagem para enfermeiros tutores de ensino clínico.

VI – EIXO 2 – INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

PROGRAMA 1 - APOIO À INVESTIGAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES DA ESCOLA

OBJECTIVOS:

- Promover o desenvolvimento da investigação científica, inovação e desenvolvimento na área científica de enfermagem.**
- Promover a colaboração científica com centros de investigação nacionais e estrangeiros.**

Medidas:

1. Incentivar a participação dos docentes na Unidade de Investigação, descriminando positivamente os apoios financeiros à divulgação de trabalhos científicos dos docentes inscritos na Unidade e decorrentes de projectos inscritos nas linhas de investigação;
2. Apoiar financeiramente o desenvolvimento de projectos de investigação que articulem a prática docente com a prática clínica de Enfermagem, que envolvam equipas que integrem docentes, estudantes e enfermeiros das instituições onde decorrem os ensinos clínicos;
3. Criar condições ao desenvolvimento de projectos de investigação conjuntos em parceria com Instituições de Saúde e outras Instituições da comunidade;
4. Criar soluções que facilitem a publicação de trabalho científico dos docentes, em que estes sejam primeiros autores;
5. Assegurar a tradução de trabalhos para publicação e divulgação científica, com vista a garantir a publicação de pelo menos um artigo por ano e por doutor em revistas referenciadas no *Institut for Scientific Information* (ISI);
6. Elaborar um plano a cinco anos de flexibilização da distribuição das actividades lectivas para a consecução de projectos de investigação, que contemple um regulamento onde constem: acções/metast/indicadores/critérios a cumprir pelo(s) investigador(es) que usufruam da mesma, e a regulamentação de candidatura a licenças temporárias para dedicação aos projectos;

7. Fomentar e apoiar financeiramente a apresentação dos trabalhos científicos dos docentes, inscritos na FCT, na Unidade de Investigação da Escola, em programas nacionais;
8. Fomentar e apoiar financeiramente a apresentação de pelo menos um trabalho científico de cada docente, inscrito na FCT e na Unidade de Investigação da Escola, particularmente em programas internacionais de investigação e/ou enfermagem, de que resultem publicações científicas referentes ao evento;
9. Criar um programa de mobilidade para docentes investigadores que possibilite, não apenas a experiência de leccionação no estrangeiro, mas também a experiência de investigação, criando um contexto favorável ao desenvolvimento da investigação em enfermagem em redes internacionais;
10. Promover a discussão, a partir de uma proposta de regulamento de critérios para apoiar a divulgação da produção científica, com vista à sua redefinição;
11. Manter o contrato com o Gestor de projectos, para apoiar os investigadores na procura e preparação dos processos de candidatura a financiamento para as suas investigações;
12. Manter três bolsas de investigação para docentes da Escola, a atribuir por concurso, com vista ao desenvolvimento de projectos de investigação que envolvam investigadores de diferentes países e desenvolvidos em parceria com unidades de investigação de referência na área científica de Enfermagem (estas bolsas contarão com o apoio financeiro de entidades privadas).

- PROGRAMA 2 - APOIO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE: DOMÍNIO DE ENFERMAGEM, QUE A ESCOLA ACOLHE

OBJECTIVOS:

- **Garantir as condições de funcionamento da Unidade de Investigação.**
- **Assegurar a efectividade de redes de comunicação e articulação da unidade de investigação com centros de investigação, instituições de saúde, de ensino superior e outras.**
- **Promover a divulgação de conhecimento científico na área da enfermagem.**

Medidas:

1. Continuar a criar as condições ao funcionamento da Unidade de Investigação da Escola;
2. Reforçar a colaboração com as Instituições de Saúde, com as quais a Escola tem protocolos, no domínio da investigação;
3. Identificar centros de investigação nacionais e estrangeiros e elaborar propostas de protocolos no sentido de fomentar a colaboração científica e desenvolver projectos de investigação em colaboração;
4. Regular o acesso da UI ao staff técnico de apoio da Escola (tradução, informática, candidatura, gestão de projectos e contabilidade);
5. Aprovar o Plano de Actividades e Proposta de Orçamento da Unidade de Investigação, garantindo um orçamento de funcionamento compatível com o desenvolvimento das actividades consideradas prioritárias;
6. Definir critérios prioritários para apoiar a mobilidade de investigadores e o acolhimento de investigadores estrangeiros, em consonância com a UI;
7. Criar parcerias na comunidade para o financiamento de projectos e bolsas de investigação;
8. Manter o financiamento para a publicação da Revista Referência e à sua progressão ao nível dos índices de qualidade (SciELO, Pubmed e Cochrane);
9. Garantir as condições ao desenvolvimento do trabalho da unidade com vista a criar, gerir e divulgar bases de dados de artigos científicos, instrumentos de medida e contactos com investigadores;

10. Criar condições ao trabalho do grupo responsável pela análise sistemática de literatura sobre temas críticos, para validar e implementar novo conhecimento.

- PROGRAMA 3 - APOIO À FORMAÇÃO DE INVESTIGADORES

OBJECTIVOS:

- Promover a formação de jovens investigadores.**
- Promover a formação de grupos de investigadores avançados.**

Medidas:

1. Integrar a investigação elaborada por estudantes nas linhas de investigação do orientador, com o reconhecimento do mérito para a sua integração em grupos de investigação da Escola;
2. Recrutar estudantes dotados e vocacionados para a investigação, de acordo com o regulamento a aprovar após a apresentação da proposta em estudo, e sob proposta fundamentada da Unidade de Investigação;
3. Desenvolver e criar protocolos para promover a formação avançada de investigadores, a decorrer na Unidade de Investigação;
4. Apoiar a organização pela Unidade de Investigação de conferências na Escola proferidas por investigadores estrangeiros;
5. Organizar fóruns (espaços) de discussão (acções de curta e média duração e workshops temáticos);
6. Organizar na Escola actividades de divulgação científica nacionais e internacionais.

VII – EIXO 3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

- PROGRAMA 1 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E ACTIVIDADES DE EXTENSÃO

OBJECTIVOS:

- Organizar e desenvolver a prestação de serviços, com projectos de intervenção tendo em conta os recursos disponíveis em contexto escolar e em grupos comunitários.**
- Intervir nas áreas prioritárias de inovação em enfermagem incrementando a prestação de serviços nesses domínios.**
- Apoiar a qualificação de toda a comunidade educativa para a prestação de serviços**
- Apoiar os diplomados na inserção no mercado de trabalho e no empreendedorismo.**
- Aumentar e consolidar parcerias com instituições da comunidade.**
- Integrar os projectos de serviço à comunidade na formação académica e no desenvolvimento cívico da comunidade educativa.**

Medidas:

1. Incentivar e apoiar o desenvolvimento de projectos de extensão e colaboração com as instituições de saúde e outras instituições da comunidade, existentes e a criar;
2. Manter os projectos de formação em contexto de trabalho desenvolvidos em parceria com os Serviços de Saúde e Formação com vista à reformulação dos Sistemas de Informação em Enfermagem;
3. Definir a política da ESEnfC no domínio da prestação de serviços à comunidade que afirme esta área de projecto de forma alargada;
4. Criar um portal da saúde: domínio de enfermagem, onde a escola ofereça serviços do tipo: informar, ensinar, treinar, direccionado a famílias que vivem transições no seu processo de saúde das quais tenha resultado ou possa vir a resultar dependência, de um dos membros, para a realização das Actividades de Vida Quotidiana;
5. Incentivar a criação, concepção, dinamização e gestão de um “canal de informação” interactivo, sobre a Enfermagem e a Saúde dirigido a jovens e a disponibilizar na página da Escola;

6. Manter e incentivar o desenvolvimento de projectos de colaboração com instituições de ensino básico, secundário e solidariedade social, no âmbito da educação no domínio da saúde, com quem a Escola tem protocolos e estendê-los a outras instituições da área de inserção da Escola;
7. Continuar a desenvolver o projecto “Universidade dos Mais Adultos, em contexto académico real”, em parceria com o Centro Sócio-Cultural Polivalente de São Martinho;
8. Continuar a criar incentivos, ao desenvolvimento e participação dos docentes em actividades de extensão e prestação de serviços à comunidade, entre eles, um apoio diferenciado à formação contínua e à divulgação dos projectos de inovação;
9. Continuar a estudar, no quadro do novo Regime Jurídico da Instituições de Ensino Superior, a possibilidade de introduzir modelos organizativos inovadores que permitam financiamentos alternativos para as actividades de extensão/ prestação de serviços à comunidade;
10. Continuar a procurar fontes de financiamento para a prestação de serviços que permita a oferta destes serviços sem custos financeiros para a comunidade;
11. Rentabilizar ao máximo os recursos académicos e científicos produzidos pela comunidade escolar como base para uma intervenção criativa sobre a realidade;
12. Desenvolver um programa de articulação e gestão das parcerias existentes;
13. Realizar acções de sensibilização sobre a importância da prestação de serviços à comunidade;
14. Criar e desenvolver um Plano de Marketing para divulgar a oferta de serviços;
15. Identificar as necessidades a incluir num plano de formação e actualização no âmbito da consultadoria e dos projectos de intervenção e elaborar e difundir um guia orientador de Boas Práticas em consultadoria;
16. Realizar encontros ou reuniões para partilha de conhecimentos entre áreas que facilitem a transferência de conhecimento científico para projectos inovadores;
17. Criar as condições para o funcionamento do serviço de apoio aos Licenciados pela Escola (GAL), e avaliar o impacto da oferta deste serviço no processo de inserção laboral;

18. Articular o Currículo com os projectos que se estão a desenvolver para incentivar e criar condições à participação dos estudantes nestes projectos;
19. Criar e desenvolver um banco de tempo para trabalho voluntário à comunidade;
20. Criar condições ao trabalho do grupo de projecto Poliemprende com vista a criar um “viveiro” de projectos empresariais dos formandos na área da prestação de cuidados de enfermagem;
21. Constituir a Unidade de prestação de serviços e coordenação das actividades de extensão na comunidade, conforme previsto nos novos estatutos.

VIII – EIXO 4 – INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO

- PROGRAMA 1 - INTERNACIONALIZAÇÃO

OBJECTIVOS:

- Incrementar parcerias e projectos com instituições internacionais de educação, saúde e outras, afirmando a escola e o ensino de enfermagem nesses contextos.**
- Pertencer a organismos internacionais.**
- Promover a visibilidade da escola mediante os projectos internacionais.**

Medidas:

1. Reorganizar e continuar a criar as condições necessárias ao gabinete de Relações Nacionais e Internacionais;
2. Manter a associação aos programas ERASMUS, LEONARDO DA VINCI, E VASCO DA GAMA;
3. Promover a formação dos estudantes em ambiente internacional através da mobilidade, preferencialmente entre países de referência no domínio da Enfermagem (Finlândia, Suécia, Dinamarca, Noruega, EUA, Canadá) e/ou no Espaço Europeu, procurando tornar possível que cerca de 12% dos estudantes da formação inicial, façam um período de estudos no estrangeiro;
4. Incentivar a mobilidade internacional de estudantes através do apoio à organização da mobilidade Erasmus, da criação de bolsas de mobilidade ESEnfC, com o estatuto Erasmus, e organização da mobilidade para estudantes sem bolsa;
5. Implementar os instrumentos relativos “à criação do espaço europeu de ensino superior”: sistema de créditos curriculares dos cursos ministrados pela Escola, incluindo os não conferentes de grau; suplemento ao diploma e boletim de registo académico;
6. Criar condições ao acolhimento dos estudantes estrangeiros que promovam a sua plena integração na vida da escola, o conhecimento do sistema de ensino que os sensibilize para a cultura académica, e do país;
7. Editar publicação de apoio ao estudante Erasmus;
8. Continuar a criar condições e incentivos à mobilidade de docentes no quadro de projectos de cooperação sistemática no âmbito da leccionação de disciplinas ou módulos de disciplinas curriculares;

9. Criar Bolsas de mobilidade para docentes com o estatuto Erasmus, para permitir que um maior número de docentes realize mobilidade;
10. Aumentar as parcerias com escolas estrangeiras com vista à mobilidade de docentes, estudantes e não-docentes;
11. Estudar e definir boas práticas de relacionamento com instituições internacionais no âmbito da mobilidade;
12. Apoiar financeiramente estágios de docentes investigadores a desenvolver no âmbito da concretização de projectos de investigação conjuntos com investigadores de entidades parceiras;
13. Continuar a desenvolver cursos “Livres de Inglês” com vista à aprendizagem da língua inglesa pelos alunos que pretendam integrar o programa de mobilidade, especialmente quanto ao léxico específico da saúde;
14. Criar as condições para o início do trabalho com vista a desenvolver os requisitos para inscrever a Escola como centro colaborador da OMS;
15. Criar as condições para o início do trabalho com vista a desenvolver os requisitos para inscrever a Escola como um capítulo da Sigma Theta Tau;
16. Criar cursos de curta duração na área de enfermagem, leccionados em inglês por docentes internos e trazer docentes externos;
17. Criar condições à inclusão de artigos em língua inglesa na revista da Escola;
18. Realizar cursos intensivos de português para estudantes, docentes e não docentes estrangeiros e em mobilidade;
19. Desenvolver com outras instituições programas de formação complementar para estudantes, docentes e não docentes estrangeiros;
20. Criar parcerias com universidades estrangeiras para partilhar unidades curriculares.

- PROGRAMA 2 - COOPERAÇÃO COM PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

OBJECTIVOS:

- Incrementar projectos de cooperação e estabelecer novos protocolos com instituições congéneres de Países de língua oficial portuguesa, com vista ao desenvolvimento mútuo do ensino e investigação na área científica de enfermagem.**
- Promover a mobilidade científica, técnica e cultural de estudantes e docentes com e de países de língua oficial portuguesa.**

Medidas:

1. Promover a criação da Associação das Escolas de Enfermagem dos Países de Língua Oficial Portuguesa para facilitar as permutas e parcerias;
2. Apoiar missões nos países de língua oficial portuguesa;
3. Criar condições ao trabalho de parceria com a Universidade de Cabo Verde, para a implementação do primeiro Curso de Licenciatura e Complemento de Formação em Enfermagem a realizar em Cabo Verde;
4. Criar grupos de missão para dar resposta em áreas consideradas prioritárias, que englobe docentes, estudantes e não docentes;
5. Criar a possibilidade de enfermeiros da República Democrática de São Tomé e Príncipe frequentarem cursos de especialização, nas áreas consideradas prioritárias pelas autoridades de Saúde São-Tomenses;
6. Manter o projecto de mobilidade de estudantes e docentes com a Universidade Agostinho Neto, Angola e iniciar a mobilidade com a Universidade de São Paulo, Brasil.

IX – EIXO 5 – COMUNIDADE EDUCATIVA

PROGRAMA 1 - QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE

OBJECTIVOS:

- **Capacitar os colaboradores docentes com qualificações e competências necessárias à formação, investigação e prestação de serviços.**
- **Dispor de corpo docente com os requisitos necessários para satisfazer o previsto no Artigo 49º da Lei nº62/2007 de 10 de Setembro.**
- **Promover a realização pessoal e profissional dos docentes.**

Medidas:

1. Motivar os docentes para a criação de uma verdadeira comunidade académica e científica, promovendo a sua formação e o seu sentido de pertença à Instituição;
2. Manter a política de formação contínua do corpo docente, que premeie a ligação dos docentes a projectos de inovação e extensão na comunidade, bem como a participação na gestão da Escola, com o correspondente apoio financeiro (Comunicação Interna 12/2008);
3. Criar condições à implementação do projecto anual de formação contínua, definido pela Comissão para a Formação, em função das necessidades identificadas pelo órgão científico e pedagógico;
4. Criar condições à manutenção da dispensa de serviço docente, no âmbito de preparação de provas de doutoramento em Enfermagem, ao abrigo do Decreto-Lei nº 185/81 e de acordo com a política de dispensas definida pelo Conselho Científico, bem como à candidatura a medidas de apoio à formação avançada de docentes;
5. Manter o apoio financeiro já atribuído aos docentes em programas de doutoramento;
6. Apoiar financeiramente docentes que tenham sido admitidos a programas de Doutoramento em Enfermagem;
7. Apoiar docentes que se proponham desenvolver doutoramentos em áreas afins à enfermagem, relevantes para o desenvolvimento dos cursos e desde que o docente detenha as condições de especialista previstas na lei nº 62/2007 de 10 de Setembro (a

aplicação desta alínea depende da definição das áreas relevantes e prioridades de formação dos docentes para além da enfermagem, pelo Conselho Científico);

8. Criar condições à implementação dos critérios de trabalho docente definidos pelo Conselho Científico de modo a garantir uma distribuição do trabalho compatível com o desenvolvimento dos projectos de doutoramento pelos docentes que já iniciaram contratos para esta formação;
9. Criar incentivos que premeiem as iniciativas de mérito quer individuais quer de grupo;
10. Organizar actividades de formação pedagógica para docentes (cursos, colóquios, conferências) no quadro da implementação dos cursos adequados à filosofia de Bolonha, e que concorram para a reorganização do trabalho docente;
11. Os apoios financeiros à formação individual contínua, serão atribuídos como prémio de participação em projectos desenvolvidos para além da normal actividade lectiva e considerados de relevância para atingir os objectivos estratégicos definidos. Os docentes que se proponham desenvolver projectos de extensão na comunidade (Escolas, Instituições de Saúde e Solidariedade Social) ou prestação de serviços, que envolvam equipas de docentes, integrem na fase de implementação estudantes e envolvam investigação podem candidatar-se a bolsa de formação.

- PROGRAMA 2 – QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO NÃO DOCENTE

OBJECTIVOS:

- **Capacitar os colaboradores não docentes com qualificações e competências necessárias a responder às necessidades dos serviços.**
- **Promover a realização pessoal e profissional dos não docentes.**

Medidas:

1. Criar condições ao trabalho da Comissão para a Formação do Pessoal não Docente para que elabore em cada serviço/unidade, um plano plurianual de formação e

desenvolvimento para os colaboradores, após caracterização das necessidades de desenvolvimento profissional, ouvindo os diferentes actores;

2. Apoiar financeiramente pelo menos uma acção de formação a cada funcionário;
3. Criar as condições à implementação do plano de formação colectivo, nas áreas consideradas prioritárias para a realização da missão da escola e implementação do plano de actividades 2009;
4. Utilizar ao nível dos serviços a gestão por objectivos e continuar a implementar o sistema integrado de avaliação do desempenho;
5. Repensar os critérios para avaliação do desempenho e de promoção, de modo a que incentivem o mérito pessoal e a dedicação à Instituição, e continuar a instituir tendencialmente formas de o reconhecer;
6. Ouvir o pessoal não docente nos processos de reorganização contínua dos serviços, tendo em conta a satisfação e optimização dos recursos.

- PROGRAMA 3 - APOIO SOCIAL AO ESTUDANTE E PROMOÇÃO DO SEU DESENVOLVIMENTO GLOBAL

OBJECTIVOS:

- **Promover o desenvolvimento global dos estudantes, apoiando e incentivando projectos e actividades de índole cultural, desportiva e cívica e criando condições favoráveis ao estudo.**
- **Promover actividades que fomentem a auto-aprendizagem e o envolvimento dos alunos nos projectos curriculares e extracurriculares.**

Medidas:

1. Criar condições ao desenvolvimento de uma comunidade de aprendizagem centrada nos estudantes,
2. Reorganizar o serviço de apoio ao aluno criando condições que dinamizem a promoção da saúde e o desenvolvimento pessoal;

3. Continuar a melhorar o funcionamento da residência, cantinas, cafetarias, espaços desportivos, serviços de apoio ao aluno e acção social escolar, ouvindo os estudantes;
4. Manter e se possível melhorar os apoios sociais aos estudantes (Bolsa de Estudo, Bolsa de Mérito, alimentação ao preço social, serviço de saúde escolar gratuito, alojamento a preço social);
5. Estudar as condições ao estabelecimento de um sistema de apoio específico aos estudantes carenciados deslocados em ensino clínico;
6. Diversificar a oferta do Serviço de Saúde, transformando-o num Serviço que promova a saúde global dos estudantes;
7. Continuar a otimizar a prestação do Serviço de Acção Social Escolar;
8. Criar condições para a promoção de uma educação para a cidadania e valores;
9. Fomentar uma cultura de exigência dos estudantes pelo seu percurso de formação;
10. Desenvolver um Plano de opções extra curriculares de formação e participação comunitária;
11. Definir o regulamento e calendarização de reuniões periódicas dos estudantes representantes das turmas com os coordenadores de curso;
12. Implementar medidas facilitadoras da inclusão dos estudantes nos grupos de trabalho para desenvolver projectos de investigação, serviços à comunidade e formação;
13. Fomentar a intervenção da Associação de Estudantes na construção activa da Escola e apoiar as actividades propostas;
14. Atribuir quatro bolsas de mérito para além das atribuídas pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior;
15. Criar condições ao desenvolvimento do trabalho do grupo responsável pela caracterização dos estudantes, diagnóstico das suas expectativas no ingresso na Escola, potencializando o desenvolvimento dos seus talentos e competências, e prevenindo dificuldades previsíveis, criando mecanismos para a sua superação;

16. Criar incentivos à participação dos estudantes em projectos da Escola, entre outros, projectos de investigação, extensão à comunidade e divulgação do conhecimento numa perspectiva de Cultura científica, como contributo para o desenvolvimento da sociedade no domínio da saúde;
17. Apoiar projectos de estudantes que tenham como objectivo a promoção de uma comunidade estudantil saudável e civicamente activa;
18. Apoiar os grupos artísticos formados por iniciativas dos estudantes;
19. Apoiar iniciativas com vista ao desenvolvimento cultural da comunidade educativa e de inserção da escola;
20. Apoiar as iniciativas dos estudantes na realização de actividades de formação extracurriculares;
21. Continuar a equipar as novas instalações da Associação de Estudantes com meios adequados ao desenvolvimento da vida associativa, ao estudo e actividades de lazer, aumentar o número e melhorar o equipamento das salas de trabalho de grupos e de estudo;
22. Abrir a Escola aos estudantes e suas famílias, às outras escolas, instituições de saúde e organizações não governamentais no domínio da saúde, da solidariedade e cultural;
23. Criar condições que promovam o reforço da relação simbólica dos estudantes e dos enfermeiros com a Escola e com a Profissão;
24. Estabelecer parcerias para a utilização pelos estudantes de espaços existentes na cidade que permitam a prática desportiva e cultural.

- PROGRAMA 4 - PROMOÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E CIDADANIA ACADÉMICA

OBJECTIVOS:

- Promover uma cultura sistemática de participação na vida da Escola.**
- Promover a construção de uma identidade inclusiva própria da ESEnfC, garantindo a participação de todos no processo de desenvolvimento da Escola.**
- Promover o acesso da comunidade académica às diferentes formas de cultura, incentivando projectos culturais da iniciativa dos estudantes, docentes e não docentes.**

Medidas:

1. Apoiar os grupos artísticos formados por iniciativas dos estudantes, docentes e/ou não docentes;
2. Apoiar iniciativas com vista ao desenvolvimento cultural da comunidade educativa e de inserção da Escola;
3. Comemorar a abertura do ano lectivo, aniversário da Escola e outras efemérides, sentidas como importantes pela comunidade escolar;
4. Aproveitar os dias nacionais e internacionais relacionados com a saúde e a enfermagem para organizar actividades temáticas que aliem uma parte científica com a cultura e/ou o desporto;
5. Criar condições e estabelecer parcerias com instituições que permitam a prática desportiva e cultural;
6. Potencializar os talentos existentes, nas mais diversas áreas, promovendo oportunidades ao seu desenvolvimento;
7. Reorganizar o Serviço de Saúde criando condições ao funcionamento do serviço de saúde ocupacional;
8. Criar grupos de trabalho para o desenvolvimento do projecto – História do Ensino de Enfermagem em Coimbra - e organização do museu da Escola;
9. Criar e desenvolver uma estrutura que promova a realização de actividades no domínio da cultura, do desporto, saúde e bem-estar, envolvendo colaboradores

dos diferentes sectores/unidades nos projectos e incentivando a participação de todos;

10. Estudar a implementação de medidas de flexibilidade de horário ou de trabalho à distância para alguns postos de trabalho.

X – EIXO 6 – DIRECÇÃO, GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO

- PROGRAMA 1 - DIRECÇÃO ESTRATÉGICA, CONSOLIDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OBJECTIVOS:

- Promover a implementação dos novos estatutos.**
- Promover a implementação contínua do plano estratégico e do plano de actividades.**
- Implementar um modelo organizacional que integre os recursos da instituição numa perspectiva conjunta de melhoria da gestão financeira, administrativa, científica e pedagógica.**
- Implementar metodologias que permitam uma comunicação eficaz e participação activa.**
- Garantir um sistema de organização de trabalho que permita a evolução técnica e científica das pessoas e que possibilite um processo eficiente e efectivo de selecção, integração, desenvolvimento e avaliação.**

Medidas:

1. Implementar a organização prevista nos estatutos, reorganizando as pessoas por área e serviços com que mais se identifiquem permitindo a mobilidade interna do pessoal docente e não docente com vista a articular conhecimento, trabalho e satisfação;
2. Iniciar o trabalho com vista a definir e difundir as competências dos Coordenadores/responsáveis, bem como a forma de prestação de contas e de reconhecimento dos resultados para implementação de uma gestão efectivamente matricial entre projectos, unidades e serviços;
3. Criar o novo organograma da instituição em consonância com a nova política de gestão;
4. Criar condições à constituição dos novos órgãos de gestão, ao seu funcionamento e desenvolvimento dos respectivos regulamentos de funcionamento;
5. Criar condições à reconstituição das Unidades Científico Pedagógicas de acordo com os novos estatutos, à colocação do pessoal docente por unidade, ao seu funcionamento, ao desenvolvimento dos regulamentos de funcionamento e designação dos conselhos de gestão;

6. Criar um sistema de controlo da execução do Plano Estratégico e divulgar os principais indicadores;
7. Definir um sistema de distribuição do trabalho docente baseado na contratualização dos processos e dos resultados;
8. Criar condições para a abertura de concurso de provas públicas para quatro professores adjuntos, por conta dos lugares vagos por aposentação, e de acordo com a política nacional definida neste âmbito;
9. Criar condições à implementação dos cursos, bem como regulamentar o processo de extinção de curso e fazer implementar as regras de transição, salvaguardando os direitos dos alunos;
10. Desenvolver estudos conducentes ao desenho de novos cursos em parceria com outras Instituições de Ensino Superior e Instituições de Saúde;
11. Reorganizar as Estruturas de Apoio e os Serviços de acordo com os novos Estatutos, criar condições à definição da carta de boas práticas e compromisso do serviço com os clientes;
12. Estudar modelos organizativos inovadores que permitam financiamentos alternativos para os diferentes programas;
13. Promover a alocação de docentes aos serviços (contextos clínicos) como figuras de referência para facilitar o seu desenvolvimento científico e a comunicação entre a Escola e os serviços;
14. Re(ver) os canais de informação/comunicação e implementar medidas para que sejam acessíveis, assíduos e pertinentes e analisar a sua eficácia de modo a aperfeiçoar a comunicação interna.
15. Criar um sistema de comunicação directa entre a Presidente e a comunidade educativa que permita às pessoas sistematicamente apresentarem os seus problemas e questões, de modo a que as pessoas possam ser ouvidas e apoiadas.
16. Monitorizar o funcionamento, eficácia e satisfação dos diferentes sectores e serviços, com vista a optimizar os modelos organizativos.
17. Garantir o apoio técnico e jurídico para assessoria à execução e acompanhamento do projecto de transição académica dos estudantes;

18. Manter o apoio técnico à utilização pelos serviços administrativos, dos programas de gestão académica (SOPHIA) e Gestão Administrativo-financeira (GIAF) e do Porbase 5 e DocBase existentes no Centro de Documentação e Informação, até à sua substituição, ainda em 2009, pela Base Millenium;
19. Continuar o projecto de desenvolvimento de softwares de apoio à gestão científica e pedagógica;
20. Garantir a permanente actualização da rede informática;
21. Optimizar a articulação entre a rede científica, pedagógica e administrativa, usando o potencial das tecnologias existentes e a adquirir;
22. Continuar a editar o Boletim da Escola – Memo;
23. Manter o sistema de assessoria jurídica aos órgãos;
24. Criar um sistema de apoio jurídico, de carácter operacional, aos serviços;
25. Manter através do portal Web o sistema de inscrições, matrículas, inscrições em exames, consultas de pautas, pedidos de certidões, de modo a minimizar as necessidades de deslocações físicas.
26. Continuar o projecto de melhoria dos secretariados e secretarias científico-pedagógicas, de forma a melhorar a resposta às necessidades dos órgãos da Escola, das Unidades Científico-pedagógicas e dos docentes.
27. Dotar os diferentes secretariados do número de colaboradores que permita uma resposta eficiente à dinâmica dos novos projectos em desenvolvimento;
28. Continuar o projecto de implementação do Funcionário de Referência de cada aluno, optimizando-o;
29. Dotar os Serviços Académicos do número de colaboradores adequado ao cumprimento dos compromissos assumidos na “Carta do Serviço” e a optimizar o desempenho de cada Funcionário de Referência;
30. Criar condições à conclusão do “Estudo do Processo de Fusão da ESEnfC”, em parceria com o Centro de Investigação e Políticas do Ensino Superior (CIPES) e com horizonte temporal previsto até 2008.

- PROGRAMA 2 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

OBJECTIVO:

- Promover uma cultura de avaliação que garanta a permanente autocrítica, melhoria contínua e retro-alimentação dos processos e, a acreditação da qualidade de cursos e serviços segundo normas internacionais.

Medidas:

1. Criar condições de trabalho efectivo e regular do Conselho para a Qualidade e Avaliação;
2. Utilizar os resultados da auto-avaliação para retroalimentar os processos;
3. Implementar medidas para melhoria da qualidade decorrentes do processo de auto-avaliação;
4. Promover o envolvimento de toda a comunidade aos diferentes níveis no processo de avaliação;
5. Fomentar o desenvolvimento de planos de actividades e relatórios por todas as Unidades e Serviços da Escola, promovendo uma atitude de prestação de contas;
6. Monitorizar o funcionamento, eficácia e satisfação dos diferentes sectores e serviços, com vista a optimizar os modelos organizativos;
7. Produzir um manual de procedimentos que devem ser consolidados, desenvolvidos e melhorados;
8. Iniciar o processo com vista a implementar um sistema de qualidade total que inclua a auto-avaliação periódica por área científico-pedagógica ou área funcional, que permita preparar a candidatura da Escola a um modelo de certificação de excelência, e a comparabilidade com outras Instituições do ensino superior.

- PROGRAMA 3 - REMODELAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E EQUIPAMENTO DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS

OBJECTIVOS:

- Garantir os espaços educativos adequados à melhoria da prática docente e discente, e de forma a adequar, cada vez mais, o processo de formação aos desafios da sociedade da informação e do conhecimento.**
- Garantir os espaços sociais e de residência com as condições adequadas ao estudo e desenvolvimento global do estudante.**
- Garantir espaços adequados ao trabalho dos órgãos de gestão e colaboradores não docentes.**
- Implementar um sistema de gestão optimizada e integrada das instalações, recursos materiais e equipamentos.**

Medidas:

1. Desenvolver um sistema informático integrado de gestão que permita a optimização da utilização dos recursos e equipamentos;
2. Promover a racionalização e optimização dos consumos e estudar a possibilidade da utilização das energias renováveis;
3. Proceder ao estudo da continuação da renovação da residência dos estudantes de modo a mantê-la atractiva e reconverter parte das suas instalações em laboratórios de práticas clínicas onde se prestem serviços abertos à comunidade, biblioteca ou outras finalidades;
4. Iniciar um estudo sobre o uso futuro dos edifícios da Escola para responder melhor às necessidades dos novos cenários;
5. Adquirir o mobiliário, recursos tecnológicos e materiais para apetrechar, de acordo com as diferentes funções a que se destinam, os espaços requalificados no final de 2008;
6. Equipar os laboratórios de práticas de enfermagem, requalificados, com os recursos tecnológicos e outro equipamento hospitalar e de apoio às práticas laboratoriais;
7. Proceder ao estudo arquitectónico para remodelação das áreas destinadas à Direcção, Conselho para a Qualidade e Avaliação e Relações Nacionais e Internacionais com vista a criar condições para uma maior adequação dos espaços às funções a que se destinam;

8. Continuar a actualizar a rede informática no sentido de dar suporte a actividades de ensino à distância e a reforçar a mobilidade dos docentes fisicamente deslocados, de modo a que possam assegurar a produção e actualização regular de conteúdos pedagógicos, e que garanta a interligação cada vez mais rápida entre os dois pólos da Escola, por meio de uma rede de dados que permita a racionalização dos serviços e aplicações;
9. Implementar plataforma de videoconferência que permita o desenvolvimento de actividades (reuniões, seminários) de docentes e estudantes fisicamente deslocados nos diferentes pólos da escola e abra caminho a colaborações mais estreitas e mais económicas entre escolas estrangeiras;
10. Desenvolver uma plataforma que facilite a formação em ambiente *e-learning*.

XI - METAS PARA O ANO 2009

Apresentaremos a seguir algumas metas quantificáveis para o desempenho em 2009:

1. Número de alunos a frequentar em tempo completo os Cursos de Licenciatura $\geq$ ao número de alunos inscritos nos cursos de Licenciatura em 2006/2007.
2. Taxa de insucesso escolar dos Cursos de Licenciatura $\leq 10\%$;
3. Número de alunos a frequentar Cursos de Pós-Graduação $\geq$ a 60;
4. Número de alunos a frequentar Cursos de Pós-Licenciatura $\geq$ a 260;
5. Número de Cursos de Pós-Graduação a funcionar incluindo as Pós-Licenciaturas $\geq$ a 9;
6. Número de ETI(s) docentes em exercício $\geq$ a 189;
7. Número de docentes doutorados ≥ 30
8. Número de ETI(s) com doutoramento implicados no desenvolvimento do Curso de Licenciatura $\geq$ a 33
9. Número de docentes inscritos em doutoramento ≥ 44 ;
10. Número de docentes a frequentar doutoramento em Enfermagem ≥ 22
11. Número de docentes com apoio financeiro para doutoramento ≥ 40
12. Percentagem de estudantes que classificam o seu nível de satisfação elevado ou muito elevado com o Curso que frequentam $\geq$ a 70%
13. Percentagem de estudantes que classificam o seu nível de satisfação elevado ou muito elevado com a orientação e acompanhamento pedagógico em ensino clínico $\geq$ a 80%
14. Percentagem de estudantes que classificam o seu nível de satisfação elevado ou muito elevado com as condições da Escola para o estudo e frequência dos curso $\geq$ a 80%;
15. Percentagem de estudantes que classificam o seu nível de satisfação elevado ou muito elevado com os serviços (Académicos/Funcionário de referência) $\geq$ a 70%;
16. Percentagem de estudantes e docentes que classificam o seu nível de satisfação elevado ou muito elevado com os Serviços Documentais $\geq$ a 70%;

17. Número de estudantes que realizaram um período de formação no âmbito de programas de mobilidade nacional e/ou internacional ≥ 45
18. Ter-se iniciado o 1º Curso de Licenciatura com plano de estudos da ESEnfC, adequado a Bolonha e implementado a transição de todos os estudantes para o novo plano de estudos;
19. Ter-se iniciado o 1º Curso de Mestrado;
20. Número de artigos publicados por docentes da escola em revistas, como autor principal ≥ 60 ;
21. Número de artigos publicados por docentes da escola em revistas referenciadas no *Institute for Scientific Information (ISI)* ≥ 1 por doutor;
22. Número de comunicações proferidas por docentes da escola em congressos e outros encontros científicos ≥ 180 ;
23. Número de comunicações proferidas por docentes da escola em congressos e outros encontros científicos internacionais ≥ 60 ;
24. Número de docentes envolvidos em projectos de mobilidade ≥ 30
25. Classificação da Unidade de Investigação em Ciências da Saúde: Domínio de Enfermagem em 2013 $\geq$ Very Good;
26. Percentagem de docentes e não docentes que considera o seu nível de satisfação elevado ou muito elevado com os Serviços de Recursos Humanos $\geq 90\%$;
27. Percentagem de docentes que considera o seu nível de satisfação elevado ou muito elevado com as Secretarias Científico Pedagógicas $\geq 90\%$;
28. Percentagem de docentes que consideram que tiveram boas condições para a realização do seu trabalho na componente ensino $\geq 80\%$;
29. Percentagem de docentes que consideram que tiveram boas condições para a realização do seu trabalho na componente investigação $\geq 30\%$;
30. Percentagem de docentes que consideram que tiveram boas condições para a realização do seu processo de formação contínua $\geq 80\%$;

31. Percentagem de não docentes que realizaram pelo menos duas acções de formação contínua $\geq$ a 90%;
32. Percentagem de não docentes que considera estar satisfeito ou muito satisfeito com o trabalho que realiza $\geq$ a 80%;
33. Estarem a funcionar regularmente todos os órgãos de gestão, unidades diferenciadas, unidades científico-pedagógicas e reorganizados os Serviços e Estruturas de Apoio, de acordo com os novos estatutos;
34. Terem-se cumprido as metas definidas para 2009 no plano estratégico com uma margem de tolerância de 10%;
35. Ter-se cumprido o plano de recrutamento de docentes e não docentes previsto na estrutura de mapa de pessoal proposto para 2009, com uma margem de tolerância de 10%.

XII – ACTIVIDADES E RECURSOS

O Conselho Directivo definiu o enquadramento, orientação estratégica e as principais medidas que constituem o Plano de Actividades do ano de 2009 que será aprovado em Assembleia de Escola.

A operacionalização das diferentes medidas e os recursos a afectar a cada uma serão mais detalhados em acções e indicadores de resultado a partir dos Planos de Actividades a apresentar pelas diferentes unidades orgânicas, serviços e órgãos até 15 de Dezembro de 2008, tendo em conta o orçamento que vier a ser aprovado e os recursos humanos disponíveis.

A proposta de Plano de Actividades, será levada a aprovação da Assembleia de Escola, conjuntamente com o orçamento para 2009, em Setembro de 2008.

A Presidente do Conselho Directivo



(Maria da Conceição Saraiva da Silva Costa Bento)

ANEXO I

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PRIVATIVO PARA 2009

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Instituição: ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PRIVATIVO PARA 2009

Autorizo

O

Autorizo

O Ministro das Finanças

Em ____/____/____

Em ____/____/____

MAPA DE SÍNTESE

(Em Euros)

DESIGNAÇÃO	ORDINÁRIO	ORDINÁRIO CORRIGIDO ANTERIOR	ALTERAÇÕES	TOTAL
3.11 P 12 Medida 2	8 050 232			8 050 232
5.10 P 12 Medida 2	2 233 000			2 233 000
	10 283 232			10 283 232

Coimbra, 05 de Setembro de 2008

O Conselho Administrativo

Fernando Manuel das Neves
Susete Vaz de Almeida

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Instituição: ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

MAPA DAS RECEITAS

Em: 05/09/08

Código C.P.			Fonte de Financiamento	Classificação das Receitas Públicas Designação Rúbricas	Nº Refª da Justificação	Euros
Capº.	Grupo	Artº.				
06	03	01	3.1.1 A0	RECEITAS DE FUNCIONAMENTO NORMAL PROGRAMA 12 MEDIDA 02 Transferências correntes: Administração central Estado / MCTES		8 050 232
				Sub-Total		8 050 232
04	01	22	5.10	Auto Financiamento (RP) Taxas, multas e outras penalidades Taxas		1 889 970
		99		Propinas		40 455
	02	99		Multas e outras penalidades		5 000
				Multas e penalidades diversas		
05	02	01		Rendimentos da Propriedade Juros - Sociedades financeiras Bancos e outras instituições financeiras		24 000
06	08	01		Transferências Correntes Famílias Famílias		8 860
07	01	02		Venda de Bens e Serviços Correntes Venda de bens		500
		03		Livros e documentação técnica		500
		05		Publicações e impressos		500
		99		Bens inutilizados		5 000
	02			Outros		
		01		Serviços		130 000
		02		Aluguer de espaços e equipamentos		5 000
		99		Estudos, Pareceres, projectos e consultoria		120 000
08	01	99		Outras Receitas Correntes Outras receitas correntes Outras		3 215
				Sub-Total: Auto financiamento (RP)		2 233 000
				TOTAL DAS RECEITAS		10 283 232

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
 SEC. ESTADO DO ENSINO SUPERIOR
 CAPÍTULO : 04 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS DE APOIO
 DIVISÃO : 31 ESCOLAS SUPERIORES DE ENFERMAGEM NÃO INTEGRADAS
 SUBDIVISÃO: 00 ESCOLA SUP. DE ENFERMAGEM DE COIMBRA
 Serviço: ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

ANEXO I
 QUADRO 1

ENCARGOS COM VENCIMENTOS

EFFECTIVOS REAIS EXISTENTES EM 2008-07-31						MOVIMENTOS ATÉ 31/12/2008		
GRUPO DE PESSOAL		CARREIRA / CARGO	REMUNERAÇÃO MENSAL (cêntimo de euro)	NÚMERO DE EFFECTIVOS REAIS	ENCARGO ANUAL (a) (unidade de euro) (5) = (3)x(4)x14	N.º DE EFFECTIVOS A SAIR	N.º DE EFFECTIVOS A ENTRAR	VARIACÃO LIQ. DE ENCARGOS ANUAL (euro) (8) = ((7)-(6))x(3)x14
Código	Descrição							
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
01	Dirigentes	Director Geral			0			
		Subdirector-Geral			0			
		Director de serviços	2 993.48	1	41 909			
		Chefe de divisão			0			
		d)	1 797.50		25 165			
	Subtotal			1	67 074	0	0	0
02		Técnico Superior						
		índice 510	1 701.41	2	47 639			
		índice 460	1 534.61	1	21 485			
		índice 400	1 334.44	2	37 364			
		índice 340	1 134.27	1	15 880			
		índice 435	1 451.20	1	20 317			
	Subtotal			7	142 685	0	0	0
03		Assistente técnico						
		índice 370	1 234.36	2	34 562			
		índice 360	1 201.00	1	16 814			
		índice 350	1 167.64	1	16 347			
		índice 337	1 124.27	1	15 740			
		índice 326	1 087.57	2	30 452			
		índice 316	1 054.21	4	59 036			
		índice 290	964.47	2	27 005			
		índice 280	934.11	6	78 465	1		-13 078
		índice 269	897.41	12	150 765			
		índice 222	740.61	9	93 317			
		índice 199	663.88	1	9 294			
	Subtotal			41	531 797	1	0	-13 078
04		Assistente operacional						
		índice 274	914.09	1	12 797			
		índice 269	897.41	1	12 564			
		índice 254	847.37	1	11 863			
		índice 233	777.31	6	65 294	2		-21 765
		índice 228	760.63	2	21 298			
		índice 222	740.61	1	10 369			
		índice 214	713.93	1	9 995			
		índice 204	680.56	4	38 111			
		índice 189	630.52	2	17 655			
		índice 181	603.83	7	59 175	1		-8 454
		índice 170	567.14	1	7 940			
		índice 165	550.46	1	7 706			
		índice 160	533.78	1	7 473			
		índice 151	503.75	3	21 158	1		-7 053
		índice 142	473.73	1	6 632			
		índice 133	443.70	1	6 212			
	Subtotal			34	316 242	4	0	-37 271
05	Docente							
		índice 285	4 533.50	1	63 469			
		índice 260	4 135.82	28	1 621 241	1		-57 901
		índice 250	3 976.75	2	111 349			
		índice 230	3 658.61	2	102 441			
		índice 220	3 499.54	5	244 968			
		índice 220	2 333.03	1	32 662			
		índice 225	3 579.08	21	1 052 250			
		índice 210	3 340.47	4	187 066			
		índice 195	3 101.87	34	1 476 490			
		índice 185	2 942.80	5	205 996			
		índice 150	2 386.05	1	33 405			
		índice 140	2 226.98	7	218 244			
		índice 135	2 147.45	4	120 257			
		índice 100	1 590.70	7	155 889			
	Tempo parcial 24h							
		índice 135	981.67	2	27 487			
	Carreira de Enf.							
		índice 190	1 132.92	1	15 861			
		índice 155	924.23	1	12 939			
	Tempo Integral							
		índice 205	1 782.62	1	24 957			
	Tempo Integral							
		índice 190	1 652.18	1	23 131			
	Enf. Regime de Acumulação							
	Tempo parcial							
		índice 175	782.61	1	10 957			
		índice 155	693.14	4	38 816			
		índice 140	626.09	5	43 826			
		índice 128	572.43	7	56 098			
		índice 100	545.38	2	15 271			
	Subtotal			147	5 895 069	1	0	-57 901
06	Informático							
		índice 780	2 602.16	1	36 430			
	Subtotal			1	36 430	0	0	0

07	Defesa e Segurança (b)								
	Subtotal			0	0	0	0	0	0
08	Investigação								
	Subtotal			0	0	0	0	0	0
09	Médicos								
	Subtotal			0	0	0	0	0	0
10	Enfermeiros								
	Subtotal			0	0	0	0	0	0
11	Diagnóstico e Terapêutica								
	Subtotal			0	0	0	0	0	0
	TOTAL			231	6 989 296	6	0	-108 250	

Tr
SH

EFFECTIVOS REAIS, NÃO INSERIDOS NOS GRUPOS PROFISSIONAIS DA AP, EXISTENTES EM 2008-07-31					MOVIMENTOS ATÉ 31/12/2008		
GRUPO DE PESSOAL	CARREIRA / CARGO	REMUNERAÇÃO MENSAL (cálculo de euro)	NÚMERO DE EFFECTIVOS REAIS	ENCARGO ANUAL (a) (unidade de euro)	N.º DE EFFECTIVOS A SAIR	N.º DE EFFECTIVOS A ENTRAR	VARIACÃO LIQ. DE ENCARGOS ANUAL (euro)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (3)x(4)x14	(6)	(7)	(8) = ((7)-(6))x(3)x14
14 EQUIPARADOS A GESTORES PÚBLICOS (c)							
	Subtotal		0	0	0	0	0
15 OUTROS DIRIGENTES							
	Subtotal		0	0	0	0	0
16 RESTANTE PESSOAL							
	Subtotal		0	0	0	0	0
	TOTAL		0	0	0	0	0
	TOTAL GERAL		231	6 989 296	6	0	-108 250

NOTAS:

Na parte esquerda do quadro (colunas 1 a 5) constará o pessoal em efectividade de funções em 31/07/2008, cujos encargos são suportados pelo organismo.

A parte direita do quadro (colunas 6 a 10) reflectirá os movimentos de pessoal a ocorrer entre 31/07/2008 e 31/12/2008.

Na coluna "carreira/cargo" apenas se deve inscrever a sua designação, não sendo necessário identificar as diversas categorias que a compõem.

Na "remuneração mensal" deve-se considerar apenas a correspondente à posição remuneratória.

Em cada grupo de pessoal deve ser encontrado o total de efectivos reais e o respectivo encargo anual.

O Encargo anual total, considerando as saídas e entradas de pessoal previstas (soma algébrica do total da coluna 5 com o total da coluna 6), deverá ter correspondência, salvo ajustamentos não reflectidos neste quadro e a justificar em nota própria, com a importância global a orçamentar no conjunto das rubricas de classificação económica 01.01.01 a

Coluna 6 - n.º de efectivos a sair, previsivelmente, entre 1 de Agosto de 2008 e 31 de Dezembro de 2008 (a detalhar no anexo II).

Coluna 7 - n.º de efectivos a entrar, previsivelmente, entre 1 de Agosto de 2008 e 31 de Dezembro de 2008 (a detalhar no anexo II).

(a) Calculado a preços de 2008

(b) Aplicável às Forças Armadas, GNR, PSP e Guardas Prisionais.

(c) Deverá ser indicado o Despacho conjunto que define a dimensão e a complexidade da gestão, determinado pelo nº 10 da RCM nº 29/89, de 3 de Agosto

Handwritten signature and initials.

OUTROS ABONOS CERTOS E PERMANENTES

RELATIVOS A EFFECTIVOS REAIS EXISTENTES EM 2007-07-31							RELATIVOS A PESSOAL EM MOVIMENTO ATÉ 31/12/2008		
GRUPO DE PESSOAL		CARRERA	ABONOS COM CARACTER CERTO E PERMANENTE Valor mensal (cálculo de euro)	NÚMERO DE EFFECTIVOS QUE AUFEREM O ABONO	N.º MESES DE ABONO	ENCARGO ANUAL (a) (unidade de euro) (6) = (3)x(4)x(5)	N.º DE EFFECTIVOS	N.º DE EFFECTIVOS	VARIAÇÃO LIQ. DE
Código	Descrição						A SAIR	A ENTRAR	ENCARGOS ANUAIS (euro)
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=((8)-(7))x(3)x(5)
01	Dirigentes					0			0
		Despesa de Representação	303.23		12	3 639			0
		Subs. Refeição	90.42		11	995			0
	Subtotal					4 633			0
02	Técnico Superior								
		Subs. Refeição	90.42		11	6 952			0
	Subtotal					6 952			0
03	Assistente técnico								
		Subs. Refeição	90.42		11	40 780	1		-995
	Subtotal					40 780			-995
04	Assistente operacional								
		Subs. Refeição	90.42		11	33 817	4		-3 978
	Subtotal					33 817			-3 978
05	Docente								
		Subs. Refeição	90.42		11	125 322	1		-995
	Subtotal					125 322			-995
06	Infermiário								
		Subs. Refeição	90.42		11	995			0
	Subtotal					995			0
07	Defesa e Segurança (1)								
	Subtotal					0			0
08	Investigação								
	Subtotal					0			0
09	Médicos								
	Subtotal					0			0
10	Enfermeiros								
	Subtotal					0			0
11	Diagnóstico e Terapêutica								
	Subtotal					0			0
TOTAL						212 509			-5 968

RELATIVOS A EFFECTIVOS REAIS, NÃO INSERIDOS NOS GRUPOS PROFISSIONAIS DA AP, EXISTENTES EM 2008-07-31							RELATIVOS A PESSOAL EM MOVIMENTO ATÉ 31/12/2008		
GRUPO DE PESSOAL		CARRERA	ABONOS COM CARACTER CERTO E PERMANENTE (valor mensal (cálculo de euro))	NÚMERO DE EFFECTIVOS QUE AUFEREM O ABONO	N.º MESES DE ABONO	ENCARGO ANUAL (a) (unidade de euro) (5) = (3)x(4)x(5)	N.º DE EFFECTIVOS A SAIR (7)	N.º DE EFFECTIVOS A ENTRAR (8)	VARIACÃO LIQ. DE ENCARGOS ANUAL (euro) (9)=((8)-(7))x(3)x(5)
Código	Descrição								
14	EQUIPARADOS A GESTORES PÚBLICOS (4)					0			
	Subtotal					0			0
15	OUTROS DIRIGENTES								
	Subtotal					0			0
16	RESTANTE PESSOAL								
	Subtotal					0			0
	TOTAL					0			0
TOTAL GERAL						212 509			-5 968

NOTAS:

Na parte esquerda do quadro (colunas 1 a 6) constarão os "outros abonos certos e permanentes" relativos ao pessoal em efectividade de funções em 31/07/2008, cujos encargos são suportados pelo organismo.

Na coluna "carreira/cargo" apenas se deve inscrever a sua designação, não sendo necessário identificar as diversas categorias que a compõem.

Na coluna "Abonos com carácter certo e permanente" devem considerar-se todos os abonos que revistam essa natureza.

O encargo anual total, considerando as saídas e entradas de pessoal, (soma algébrica do total da coluna 6 com o total da coluna 9) deve ter correspondência com o total global a orçamentar no conjunto das rubricas:

- "Gratificações" (classificação económica 01.01.10);
- "Representação" (01.01.11);
- "Suplementos e prémios" (01.01.12);
- "Subsídio de refeição" (01.01.13).

Em cada grupo de pessoal deve ser encontrado o total de efectivos reais e o respectivo encargo anual.

Coluna 7 - n.º de efectivos que auferem o abono a sair, previsivelmente, entre 1 de Agosto de 2008 e 31 de Dezembro de 2008.

Coluna 8 - n.º de efectivos que auferem o abono a entrar, previsivelmente, entre 1 de Agosto de 2008 e 31 de Dezembro de 2008.

(a) Calculado a preços de 2008

(b) Aplicável às Forças Armadas, GNR, PSP e Guardas Prisionais.

(c) Deverá ser indicado o Despacho conjunto que define a dimensão e a complexidade de gestão, determinado pelo nº 10 da RCM nº 29/99, de 3 de Agosto

ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009

ANEXO II

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
SEC. ESTADO DO ENSINO SUPERIOR
CAPÍTULO : 04 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS DE APOIO
DIVISÃO : 31 ESCOLAS SUPERIORES DE ENFERMAGEM NÃO INTEGRADAS
SUBDIVISÃO: 00 ESCOLA SUP. DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

Movimentos de pessoal - número de efectivos

Movimentos	Ocorridos entre 31/07/2007 e 31/07/2008	Previstos entre 01/08/2008 e 31/12/2008
(1) Efectivos no início do período	229	231
(2) Entradas	14	0
Alterações de leis orgânicas (a)	0	0
Transferências de outros serviços da Adm. Central	0	0
Admissões externas à Administração Central	0	0
Outros motivos	14	0
(3) Saídas	12	6
Alterações de leis orgânicas (a)	0	0
Transferências para outros serviços da Adm. Central	0	0
Aposentações	4	5
Outros motivos	8	1
(4)=(1)+(2)-(3) Efectivos no fim do período	231	225
<i>Por memória:</i>		
Variação em % (4)/(1)	+ 1%	- 3%

(a) Incluem-se as transferências que decorram de alterações das leis orgânicas dos serviços

Estrutura de Mapa de Pessoal - Artigo 5º LVCR

Conteúdo funcional	Categorias actuais	Novas categorias	Área de formação académica e/ou profissional	N.º de postos de trabalho				Obs.		
				Ocupados 2008	Ocupados 2009	Não ocupados (2008)	Não ocupados (2009)			
Dirigentes:	Gestão geral do respectivo serviço ou organismo por forma a garantir a prossecução das atribuições cometidas aos mesmos, através da optimização dos recursos humanos, financeiros e materiais, assegurando e promovendo a qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos respectivos destinatários.	Presidente		Presidente	-	1	1	-	1)	
		Vice-Presidentes		Vice Presidentes	-	2	2	-	1)	
		Administrador Chefe de Gabinete		Subdirector-Geral	-	-	1	2	1	1)
		Adjuntos da Presidência		-	-	3	3	-	1)	
		Secretário		-	-	1	-	-	-	
		Subtotal				7	7	2	1	
Pessoal Docente:										
Exercício de funções constantes no Decreto-Lei nº. 185/81, de 1 de Julho	Professor coordenador	Professor coordenador	Docência	38	38	16	16			
	Professor adjunto	Professor adjunto		66	70	40	36			
	Assistente 1º e 2º triénio	Assistente		12	8	-	-			
	Equip. professor coordenador	Equip. professor coordenador		4	4	-	-	2)		
	Equip. Assistente 1º e 2º triénio	Equip. assistente		34	46	-	-	2)		
Subtotal				154	166	56	52			




Conteúdo funcional	Categorias actuais	Novas categorias	Área de formação académica e/ou profissional	N.º de postos de trabalho				Obs.
				Ocupados 2003	Ocupados 2009	Não ocupados (2003)	Não ocupados (2009)	
Carreira Geral de Técnico Superior:								
Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projectos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividades de apoio geral ou especializado nas áreas de actuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado.	Técnico Superior, Técnico	Técnico superior	Auditoria e Gestão	2	2			
	Técnico Superior		Biblioteca e Documentação	2	2			
	Técnico Superior		Apoio à Docência	1	1			
	Técnico Superior		Apoio à Qualidade e Avaliação	1	1			
	Técnico Superior		Comunicação e Imagem	1	1			3)
	Técnico Superior		Secretariado da Presidência	2	2	-	-	4)
	Técnico Superior		Relações Internacionais	1	1			4)
	Técnico Superior		Tradução	1	1			4)
	Técnico Superior		Unidade de Investigação	1	1			4)
	Técnico Superior		Medicina	2	2			5)
	Encarregado de Trabalhos		Enfermagem	3	3			6)
					19	20	1	
Subtotal								
Carreira Geral de Assistente Técnico:								
Funções de chefia, técnica e administrativa numa subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das actividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e directivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.	Chefe de secção	Coordenador técnico	-	3	3	-	-	
	Assistente administrativo; Téc. Profissional e Tesoureiro	Assistente técnico	-	42	42	-	-	7)
					41	45		
Subtotal								

[Handwritten signature]

Conteúdo funcional	Categorias actuais	Novas categorias	Área de formação académica e/ou profissional	N.º de postos de trabalho				Obs.
				Ocupados 2008	Ocupados 2009	Não ocupados (2008)	Não ocupados (2009)	
Carreira Geral de Assistente Operacional:								
Funções de chefia do pessoal da carreira de assistente operacional. Coordenação geral de todas as tarefas realizadas pelo pessoal afecto aos sectores de actividade sob sua supervisão.	Encarregado de serviços gerais	Encarregado geral operacional	-	1	1	-	-	
Funções de coordenação dos assistentes operacionais afectos ao seu sector de actividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação. Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.	Encarregado de sector	Encarregado operacional	-	1	1	-	-	
Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em directivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correcta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Operadores de Reprografia, Operários, Telefonistas, Auxiliares de Apoio e Vigilância e Motoristas	Assistente operacional	-	31	34	-	-	
Subtotal				33	36	0	0	
Total Geral				254	274	59	53	

Observações:

- 1) Cargos previstos na Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro - Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, e consignados na proposta de Estatutos da Escola, em processo de homologação pela Tulela.
- 2) Colaboração lectiva avaliada em ETI (s).
- 3) Em 2008 o posto de trabalho é assegurado por um contrato de trabalho a termo resolutivo.
- 4) Postos de trabalho assegurados em 2008 por contratos de prestação de serviços, celebrados ao abrigo do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de Junho.
- 5) Postos de trabalho ocupados a tempo parcial, para garantir o regular funcionamento dos serviços de Saúde Escolar.
- 6) Contratação ao abrigo do Decreto-Lei nº 185/81, de 01 de Julho, como Encarregados de Trabalhos a tempo parcial.
- 7) Três postos de trabalho assegurados em 2008 por contratos de prestação de serviços, celebrados ao abrigo do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de Junho e um pelos Programas Ocupacionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

MINISTÉRIO: DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
SEC. ESTADO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
CAPÍTULO : 04 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS DE APOIO
DIVISÃO : 31 ESCOLAS SUPERIORES DE ENFERMAGEM NÃO INTEGRADAS
SUBDIVISÃO: 00 ESCOLA SUP. DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

☒ **ACTIVIDADE EM CURSO**
☐ **ACTIVIDADE NOVA**

Nº 194

Nº 8/9

Atenção: Marque "x" na quadrícula do tipo de actividade descrita e o respectivo número

Designação do Programa: <u>Ensino Superior</u>	Código: <u>P 12</u>
Designação da Medida: <u>Ensino Superior - Inst. Politécnicos</u>	Código: <u>M 2</u>
Atenção: Preencher esta caixa só para o caso de actividades inseridas em programas	

194	Actividade (a)
	Designação e descrição sucinta <u>Ensino/Investigação/Colaboração com a Comunidade</u>
	Ministra licenciatura em Enfermagem, Pós - licenciaturas e Pós - graduações.
	Prevê abrir em 2008/2009, os cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em: Enfermagem de Reabilitação (4º curso), Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia (4º curso), Enfermagem Comunitária (3º curso), Enfermagem Médico-Cirúrgica (3º curso) e Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria (3º curso) e Saúde Mental e Psiquiátrica (2º curso). Tem em funcionamento os curso de Pós-Licenciatura de Especialização em: Enfermagem Médico Cirúrgica (2º curso), Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria (2º curso), Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia (3º curso) e Enfermagem de Reabilitação (3º curso), Enfermagem Comunitária (2º curso) e Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica (1º curso)
	Continuará a abrir cursos de formação de curta duração e Pós-Graduada numa perspectiva de formação ao longa da vida.
	Desenvolve a investigação em Enfermagem, acolhe uma Unidade de Investigação em Ciências da Saúde: Domínio de Enfermagem.
	Desenvolve projectos de colaboração com Instituições de saúde e ensino no âmbito da formação em contexto de trabalho e promoção da saúde.

Justificação (b)

1. Justificação Quantitativa

Rubricas	
010102 -	275 810€ - Valor mínimo necessário para fazer face a despesas com titulares de órgãos sociais
010103-A000	5 907 603€ - Valor mínimo necessário para fazer face a despesas com pessoal em funções
010103-C000	71 930€ - Valor mínimo necessário para fazer face a alterações facultativas de posicionamento remuneratório
010106-A000	17 414€ - Valor mínimo necessário para fazer face a despesas de pessoal em funções
010108-A000	5 000€ - Valor mínimo necessário para fazer face a despesas de pessoal em funções
010109-D000	73 728€ - Valor mínimo necessário para fazer face a despesas de recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho
010111-A000	8 443€ - Valor mínimo necessário para fazer face a despesas de pessoal em funções
010112-A000	1 402€ - Valor mínimo necessário para fazer face a despesas de pessoal em funções
010113-A000	201 220€ - Valor mínimo necessário para fazer face a despesas de pessoal em funções
010113-D000	5 780€ - Valor mínimo necessário para fazer face a despesas de recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho
010114-A000	1 058 020€ - Valor mínimo necessário para fazer face a despesas de pessoal em funções
010114-C000	13 957€ - Valor mínimo necessário para fazer face a alterações facultativas de posicionamento remuneratório
010114-D000	11 710€ - Valor mínimo necessário para fazer face a despesas de recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho
010115 -	100 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de rem. por doença e maternidade/paternidade
010202 -	2 100€ - Valor mínimo necessário para pagamento de horas extraordinárias
010204 -	32 719€ - Valor mínimo necessário para pagamento de ajudas de custo
010205 -	4 200€ - Valor mínimo necessário para pagamento de abono para falhas
010211 -	9 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de subsídio de turno
010213 -PD00	6 810€ - Valor mínimo necessário para pagamento de prémios de desempenho
010214 -	3 000€ - Valor mínimo necessário para outros abonos em numerário ou espécie

1. Justificação Quantitativa - Continuação

Rubricas	7 809 846€ Transpote
010301 -	120 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de encargos com a saúde
010302 -	50 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de outros encargos com saúde
010303 -	20 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de subsídio familiar a crianças e jovens
010304 -	2 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de outras prestações familiares
010305-A0A0	1 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de encargos CGA
010305-A0B0	21 786€ - Valor mínimo necessário para pagamento de segurança social
010306 -	1 500€ - Valor mínimo necessário para pagamento acidentes em serviço e doenças profissionais
010308 -	21 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de outras pensões
020108 -	500€ - Valor mínimo necessário para aquisição de material de escritório
020120 -	500€ - Valor mínimo necessário para aquisição de mat. de Educação, Cultura e Recreio
020121 -	100€ - Valor mínimo necessário para aquisições de outros bens
020201 -	500€ - Valor mínimo necessário para encargos das instalações
020203 -	500€ - Valor mínimo necessário para conservação de bens
020209 F0 -	100€ - Valor mínimo necessário para outros serviços de comunicações
020210 -	100€ - Valor mínimo necessário para pagamento de transportes
020213 -	500€ - Valor mínimo necessário para pagamento de deslocações e estadas
020215 -	100€ - Valor mínimo necessário para pagamento de formação
020220 -	100€ - Valor mínimo necessário para pagamento de outros trabalhos especializados
020225 -	100€ - Valor mínimo necessário para pagamento de outros serviços
8 050 232€ Total geral	

Nota: identificar a natureza das despesas a realizar relativamente às actividades mais relevantes

2. Justificação Qualitativa por actividade (c)

Relativamente ao Orçamento de Estado, as verbas inscritas reflectem essencialmente as despesas com pessoal, em virtude do plafond atribuído em 2008 ter sido gasto quase na totalidade em despesas de pessoal. É a este nível que a Escola continua a confrontar-se com grandes carências especialmente ao nível do pessoal docente. No ano lectivo 2008/2009, a Escola conta abrir 4 concursos para Professor Adjunto, por conta das vagas deixadas pelos nove professores que se aposentaram nos três últimos anos e cujos lugares não foram ocupados. Conta, ainda, manter os contratados com vista a dispor de 166 ETI(s) docentes, para a concretização das actividades pedagógicas planeadas. Esta situação manterá um baixo ratio professor/aluno 1/11,2, este baixo ratio tem obrigado a que os docentes privilegiem a componente ensino (sendo-lhes distribuído o limite máximo de horas previsto no Decreto-Lei nº185/81), o que prejudica a componente de investigação e a possibilidade de progressivamente desenvolverem os seus percursos académicos, entre eles o desenvolvimento das suas dissertações com vista à obtenção do grau de doutor (domínios estratégicos para que a Escola disponha dos indicadores de qualificação do corpo docente previsto na Lei), e para o desenvolvimento global da Escola. Ficam, entre outras, comprometidas actividades como, na área de ensino a diversificação dos cursos que a Escola oferece e os serviços que presta à comunidade. Mas, o orçamento de que a Escola dispõe e a dificuldade em contratar professores em situação precária, impede-nos de aumentar as contratações para além do previsto neste Orçamento e Plano de Actividades e em consequência diminuir o ratio professor /aluno.

No futuro a manter-se a situação financeira, torna-se impossível continuar a admitir um tão elevado número de alunos.

Em 2005 o Despacho nº5641/2005 do MCIES definiu como ratio professor/aluno para o ensino de Enfermagem 1/8 e atribuiu às Escolas que deram origem à ESEnC 208 ETI(s) docentes. Atentos à situação económico-financeira do país mas sem poder continuar a comprometer a qualidade e o desenvolvimento da Escola, o Conselho Directivo decidiu que a aproximação ao ratio definido pelo Ministério para a formação em Enfermagem se fará progressivamente ao longo de cinco anos. Durante o ano de 2009, prevê-se que se aumentem 7,8 % os ETIs relativamente a 2008 e far-se-á a substituição de quatro de nove docentes aposentados.

Esta necessidade é inultrapassável tanto mais que a carência de enfermeiros nos Serviços de Saúde torna cada vez mais difícil negociar a colaboração dos Enfermeiros dos serviços onde ocorre o ensino clínico na orientação pedagógica dos nossos estudantes, situação que exige regulamentação conjunta do MCTES e Ministério da Saúde, e que já apresentamos oportunamente.

Quanto ao pessoal não docente contamos com 83 funcionários. O número de ETI(s) não docentes atribuído pelo MCIES em 2005 foi de 125 (Despacho nº5641/2005). Dada a necessidade de contenção de despesa não temos substituído os não docentes que se aposentaram. Este ano teremos, no entanto, para mantermos o regular funcionamento dos serviços que contratar não docentes para assegurar actividades que se revelam permanentes e que até aqui puderam ser asseguradas por contratos de tarefa e/ou prestação de serviços e para substituir funcionários que se aposentaram.

Quanto aos restantes domínios contamos manter a política de contenção e rigor que sempre nos caracterizou, prevendo que a despesa reflecta estritamente o necessário ao regular funcionamento da Escola.

3. Indicadores de gestão

3.1. Indicadores de meios

3.1.1 humanos

Em 2008 o ratio professor/aluno = 1/10,5

Previsto para 2009 o ratio professor/aluno = 1/10,65

Em 2008 o ratio pessoal não docente/aluno = 1/19,7

Previsto para 2009 o ratio pessoal não docente/aluno = 1/19,5

3.1.2 equipamento

Total do investimento/melhoria das condições trabalho dos docentes = 20%

Total do investimento/melhoria das condições trabalho de não docente = 10%

Total do investimento/melhoria das condições dos alunos = 70%

3.2. Indicadores de realização

Número de alunos a frequentar a Escola:

Alunos do Curso de Licenciatura em Enfermagem (ETC): 1382;

Alunos dos Cursos de Pós-Graduação (ETC) ≥ 60;

Alunos do Cursos de Pós licenciatura (ETC) ≥ 260;

Índice de sucesso educativo (Licenciatura) ≥ 90%;

Taxa de insucesso: ≤ a 10%;

Metas para o ano de 2009

Algumas metas quantificáveis para o desempenho em 2009:

Nível de satisfação dos estudantes com o curso que frequentam ≥ 70%;

Nível de satisfação dos estudantes com a quantidade e qualidade da orientação pedagógica em Ensino Clínico ≥ 80%;

Nível de satisfação dos estudantes com as condições da Escola para o estudo e frequência do curso ≥ 80%;

Nível de satisfação dos estudantes com o seu funcionário de referência e/ou os serviços (Académicos e Serviços Documentais) ≥ 70%;

Percentagem de docentes que consideram que tiveram boas condições para realização de trabalhos na componente de ensino ≥ 80%;

Percentagem de docentes que consideram que tiveram boas condições para realização de trabalhos na componente de investigação ≥ 30%;

Percentagem de docentes que consideram que tiveram boas condições para realização do seu processo de formação contínua ≥ 80%;

Percentagem de não docentes que considera que estar satisfeito ou muito satisfeito com a realização do seu trabalho ≥ 80%;

Percentagem de não docentes que realizaram pelo menos uma acção de formação contínua = 90%;

Outros indicadores:

Número de alunos que realizaram um período de formação no âmbito de programas de mobilidade nacional e/ou internacional ≥ 45

Número de artigos publicados por docentes da escola em revistas, como autor principal ≥ 60;

Número de artigos publicados por docentes da escola em revistas referenciadas no Institut for Scientific Information na (ISI) ≥ 1 por autor;

Número de comunicações proferidas por docentes da escola em congressos e outros encontros científicos internacionais ≥ 60;

Classificação da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Ciências da Saúde: Domínio de Enfermagem em 2013 ≥ Very Good.

(a) No que respeita ao orçamento de PIDDAC, as actividades deverão corresponder aos projectos de PIDDAC, devendo a numeração a atribuir ser sequencial dentro da orgânica e ser inicializada em 101.

(b) As actividades e rubricas que não se encontrem devidamente justificadas, quer quantitativa quer qualitativamente, não poderão ser consideradas.

(c) Indicar, quando aplicável, a fundamentação legal.

ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009

MINISTÉRIO: DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
CAPÍTULO : 04 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS E APOIO
DIVISÃO : 31 ESCOLAS SUPERIORES DE ENFERMAGEM NÃO INTEGRADAS
SUBDIVISÃO: 00 ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

ANEXO IV

Programa
Medida
P 12 Ensino Superior
M 2 Ensino Superior Politécnico

unidade : euro

FUNCCIONAL	CLASSIFICAÇÃO		FONTE DE FINANÇAMENTO	RUBRICA	AUTORIZAÇÕES DE PAGAMENTOS EM 2007	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2008 *	DOTAÇÃO PROPOSTA PARA 2009		VARIAÇÃO		ALTERAÇÕES DECIDIDAS PELO GOVERNO	IMPORTÂNCIA FINAL
	rubrica	sublinha					ACTIVIDADES EM CURSO	ACTIVIDADES NOVAS	IMPORTÂNCIA	%		
FUNCCIONAL	ECONOMICA		FONTE DE FINANÇAMENTO	RUBRICA	AUTORIZAÇÕES DE PAGAMENTOS EM 2007	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2008 *	DOTAÇÃO PROPOSTA PARA 2009		VARIAÇÃO		ALTERAÇÕES DECIDIDAS PELO GOVERNO	IMPORTÂNCIA FINAL
	rubrica	sublinha					ACTIVIDADES EM CURSO	ACTIVIDADES NOVAS	IMPORTÂNCIA	%		
2.01.4	01.01.02	00	3.1.1	Despesas com pessoal	54 985.38	56 630.00	275 810.00		275 810	387.0%		275 810
					5 686 178.79	6 881 280.00	0.00		-6 881 280	-100.0%		0
					0.00	0.00	5 907 603.00		5 907 603	0.0%		5 907 603
					0.00	0.00	71 930.00		71 930	0.0%		71 930
					0.00	1 000.00	0.00		-1 000	-100.0%		0
					0.00	0.00	0.00		0	0.0%		0
					0.00	0.00	17 414.00		17 414	0.0%		17 414
					0.00	3 000.00	0.00		-3 000	-100.0%		0
					3 430.53	5 000.00	0.00		5 000	0.0%		5 000
					0.00	0.00	0.00		0	0.0%		0
					0.00	0.00	73 728.00		73 728	0.0%		73 728
					3 563.88	3 650.00	0.00		-3 650	-100.0%		0
					0.00	0.00	8 443.00		8 443	0.0%		8 443
					0.00	0.00	1 402.00		1 402	0.0%		1 402
					188 820.54	217 855.00	0.00		-217 855	-100.0%		0
	01.01.15	00	Total do subagrupamento 01	Total do subagrupamento 01	7 042 468.51	8 578 542	7 752 017.00	0	7 752 017	-9.6%		7 752 017
					1 273.65	2 100	2 100.00		2 100	0.0%		2 100
					41 570.90	35 000	32 719.00		-2 281	-6.5%		32 719
					3 608.48	4 160	4 200.00		40	1.0%		4 200
					0.00	9 000	9 000.00		9 000	0.0%		9 000
					0.00	0	6 810.00		6 810	0.0%		6 810
					2 974.76	3 100	3 000.00		-100	-3.2%		3 000
					49 427.79	53 360	57 828.00	0	57 828	8.4%		57 828
					160 952.22	120 000	120 000.00		0	0.0%		120 000
					40 582.08	49 500	50 000.00		500	1.0%		50 000
					19 484.07	20 000	20 000.00		0	0.0%		20 000
					1 648.17	2 000	2 000.00		0	0.0%		2 000
					506 937.87	747 200	1 000.00		-746 200	-99.9%		0
					0.00	0	21 786.00		21 786	0.0%		21 786
	01.03.08	00	Total do subagrupamento 03	Total do subagrupamento 03	7 980.90	1 500	1 500.00		1 500	0.0%		1 500
					14 916.35	20 160	21 000.00		840	4.2%		21 000
					752 481.66	960 360	237 286.00	0	237 286	-75.3%		237 286
					7 844 477.96	9 592 262	8 047 132.00	0	8 047 132	-16.1%		8 047 132

* Integra o saldo de gerência de 2007 no valor de 1 937 470 €
Circular OE/2009, N.º 1343

ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009

MINISTÉRIO: DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
CAPÍTULO : 04 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS E APOIO
DIVISÃO : 31 ESCOLAS SUPERIORES DE ENFERMAGEM NÃO INTEGRADAS
SUBDIVISÃO: 00 ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

ANEXO IV
P 12 Ensino Superior
M 2 Ensino Superior Politécnico V

unidade : euro

CLASSIFICAÇÃO			RUBRICA	FONTES DE FINANCIAMENTO	AUTORIZAÇÕES DE PAGAMENTOS EM 2007		ORÇAMENTO CORRIGIDO 2008 *		DOTAÇÃO PROPOSTA PARA 2009		VARIAÇÃO		ALTERAÇÕES DECIDIDAS PELO GOVERNO	IMPORTÂNCIA FINAL
FUNCIONAL	ECONOMICA	sublinha			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)+(4)	(6)=(5)-(2)	(7)=(6)-(2)	(8)		(9)=(5)+(8)
			Aquisição de bens e serviços											
			Aquisição de bens											
			Limpeza e Higiene		13 091,47	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			Veículo e Artigos Pessoais		403,54	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			Materiais de escritório		10 134,33	20 000	500	0	500	-19 500	-97,5%	0	500	500
			Outros Materiais-Peças		4 364,22	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			Ferramentas e Utensílios		1 401,73	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			Livros e documentação técnica		4 842,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			Mat. Educação, Cultura e Recreio		8 333,86	20 000	500	0	500	-19 500	-97,5%	0	500	500
			Outros Bens		7 983,03	4 000	100	0	100	-3 983	-97,6%	0	100	100
			Total do subagrupamento 01		50 333,89	44 000	1 100	0	1 100	-42 899	-97,5%		1 100	1 100
			Aquisição de serviços											
			Encargos com Instalações		10 200,00	108 740	500	0	500	-109 240	-99,5%	0	500	500
			Limpeza e Higiene		7 110,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			Conservação de Bens		38 695,82	13 897	500	0	500	-13 397	-96,4%	0	500	500
			Locação de outros bens		3 077,78	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			Acesso à Internet		11 759,75	8 050	0	0	0	-8 050	-100,0%	0	0	0
			Comunicações Fixas de Dados		0,00	16 200	0	0	0	-16 200	-100,0%	0	0	0
			Comunicações Fitas de Voz		5 046,20	6 200	0	0	0	-6 200	-100,0%	0	0	0
			Comunicações móveis		6 267,73	5 000	0	0	0	-5 000	-100,0%	0	0	0
			Outros Serviços de Comunicações		11 149,41	12 000	100	0	100	-9 900	-99,2%	0	100	100
			Transportes		7 693,67	12 000	100	0	100	-11 900	-100,0%	0	100	100
			Seguro		659,38	1 000	0	0	0	-1 000	-100,0%	0	0	0
			Deslocações e Estradas		93 173,75	62 000	500	0	500	-61 500	-99,2%	0	500	500
			Estudos, pareceres, projectos e consultoria		10 375,12	16 003	0	0	0	-16 003	-100,0%	0	0	0
			Formação		40 480,17	4 000	100	0	100	-39 900	-99,8%	0	100	100
			Publicidade		9 542,10	3 500	0	0	0	-3 500	-100,0%	0	0	0
			Vigilância e Segurança		6 126,48	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			Outros Trabalhos Especializados		65 413,05	30 300	100	0	100	-30 200	-99,7%	0	100	100
			Serviços de Saúde		5 000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			Outros Serviços		51 908,95	16 250	100	0	100	-16 150	-99,4%	0	100	100
			Total do subagrupamento 02		383 680,03	350 140	2 000	0	2 000	-348 140	-99,4%		2 000	2 000
			Total do Agrupamento 02		434 013,62	394 230,00	3 100,00	0	3 100,00	-391 130,00	-1,97		3 100	3 100
			Outras Despesas Correntes											
			Diversas		9 698,18	710	0	0	0	-710	-100,0%	0	0	0
			Impostos e taxas		140,78	500	0	0	0	-500	-100,0%	0	0	0
			Activos incorpóreos		9 838,96	1 210	0	0	0	-1 210	-100,0%	0	0	0
			Total do Subagrupamento 02		9 838,96	1 210	0	0	0	-1 210	-100,0%		0	0
			Total do Agrupamento 06		9 838,96	1 210	0	0	0	-1 210	-100,0%		0	0
			Total		8 288 330,54	9 987 701,96	8 050 232,00	0	8 050 232	-1 937 470	-19,40%		8 050 232	8 050 232

* Integra o saldo de gestão de 2007 no valor de 1 937 470 €

Circular OE/2009, N.º 1343

ANEXO V

ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009

MINISTÉRIO: DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
CAPÍTULO : 04 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS E APOIO
DIVISÃO : 31 ESCOLAS SUPERIORES DE ENFERMAGEM NÃO INTEGRADAS
SUBDIVISÃO: 00 ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

FONTE DE FINANCIAMENTO: 3.1.1

unidade : euro

PROGRAMA/ MEDIDA	CLASSIFICAÇÃO				RUBRICA	ACTIVIDADE 194	ACTIVIDADE 02	ACTIVIDADE 03	ACTIVIDADE 04	ACTIVIDADE 05	ACTIVIDADE 06	TOTAL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	FUNCIONAL	ECONOMICA																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
		COD.	alinea	subalinea																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
12/002	2.01.4	01.01.02 01.01.03 01.01.03 01.01.03 01.01.05 01.01.06 01.01.06 01.01.07 01.01.08 01.01.08 01.01.09 01.01.09 01.01.11 01.01.11 01.01.12 01.01.12 01.01.13 01.01.13 01.01.13 01.01.14 01.01.14 01.01.14 01.01.14 01.01.15			Despesas com pessoal Remunerações certas e permanentes Órgãos sociais Pessoal dos quadros: Regime de função pública Pessoal em funções Alterações facultativas de posicionamento remuneratório Pessoal além dos quadros Pessoal contratado a termo Pessoal em funções Pessoal em regime de tarefa ou avença Pessoal aguardando aposentação Pessoal em funções Pessoal em qualquer outra situação Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho Representação Pessoal em funções Suplementos e prémios Pessoal em funções Subsídio de refeição Pessoal em funções Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho Subsídio de férias e de Natal Pessoal em funções Alterações facultativas de posicionamento remuneratório Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho Remunerações por doença e maternidade/paternidade	275 810 0 5 907 603 71 930 0 0 0 17 414 0 0 5 000 73 728 0 8 443 0 1 402 0 201 220 5 780 0 1 058 020 13 957 11 710 100 000					275 810 0 5 907 603 71 930 0 0 0 17 414 0 0 5 000 73 728 0 8 443 0 1 402 0 201 220 5 780 0 1 058 020 13 957 11 710 100 000 7 752 017																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									

ATENÇÃO: Deve ser preenchida uma ficha para cada fonte de financiamento.

Circular OE/2009, Nº 1343

ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009

MINISTÉRIO: DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
CAPÍTULO : 04 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS E APOIO
DIVISÃO : 31 ESCOLAS SUPERIORES DE ENFERMAGEM NÃO INTEGRADAS
SUBDIVISÃO: 00 ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

ANEXO V

FONTE DE FINANCIAMENTO: 3.1.1

unidade : euro

PROGRAMA/ MEDIDA	CLASSIFICAÇÃO			RUBRICA	ACTIVIDADE 194	ACTIVIDADE 02	ACTIVIDADE 03	ACTIVIDADE 04	ACTIVIDADE 05	ACTIVIDADE 06	TOTAL
	FUNCIONAL	ECONOMICA	subalínea								
				Aquisição de bens e serviços							
				Aquisição de bens							
				Limpeza e Higiene	0						0
				Vestuário e Artigos Pessoais	0						0
				Materiais de escritório	500						500
				Outro Material Pequeno	0						0
				Ferramentas e Utensílios	0						0
				Livros e documentação técnica	0						0
				Mat. Educação, Cultura e Recreio	500						500
				Outros Bens	100						100
				Total do subagrupamento 01	1 100						1 100
				Aquisição de serviços							
				Encargos com instalações	500						500
				Limpeza e Higiene	0						0
				Conservação de Bens	500						500
				Locação de outros bens	0						0
				Acesso à Internet	0						0
				Comunicações Fixas de Dados	0						0
				Comunicações Fixas de Voz	0						0
				Comunicações móveis	0						0
				Outros Serviços de Comunicações	100						100
				Transportes	100						100
				Seguro	0						0
				Deslocações a Estadas	0						0
				Estudos, pareceres, projectos e consultoria	500						500
				Formação	0						0
				Publicidade	100						100
				Vigilância e Segurança	0						0
				Outros Trabalhos Especializados	0						0
				Serviços de Saúde	100						100
				Outros Serviços	100						100
				Total do subagrupamento 02	2 000						2 000
				Total do Agrupamento 02	3 100						3 100
				Outras Despesas Correntes							
				Diversas	0						0
				Impostos e taxas	0						0
				Activos incorpóreos	0						0
				Total do Subagrupamento 02	0						0
				Total do Agrupamento 06	0						0
				Total	8 050 232						8 050 232

ATENÇÃO: Deve ser preenchida uma ficha para cada fonte de financiamento.

Circular OE/2009, Nº 1343

ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009

ANEXO VI

MINISTÉRIO: DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
SEC. ESTADO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
CAPÍTULO : 04 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS DE APOIO
DIVISÃO : 31 ESCOLAS SUPERIORES DE ENFERMAGEM NÃO INTEGRADAS
SUBDIVISÃO: 00 ESCOLA SUP. DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

☒ **ACTIVIDADE EM CURSO**
☐ **ACTIVIDADE NOVA**

Nº 194
Nº 8/9

Atenção: Marque "x" na quadrícula do tipo de actividade descrita e o respectivo número

Designação do Programa: <u>Ensino Superior</u>	Código: <u>P 12</u>
Designação da Medida: <u>Ensino Superior - Inst. Politécnicos</u>	Código: <u>M 2</u>

Atenção: Preencher esta caixa só para o caso de actividades inseridas em programas

194	Actividade (a)
Designação e descrição sucinta <u>Ensino/Investigação/Colaboração com a Comunidade</u>	
Ministra licenciatura em Enfermagem, Pós - licenciaturas e Pós - graduações.	
Prevê abrir em 2008/2009, os cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em: Enfermagem de Reabilitação (4º curso), Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia (4º curso), Enfermagem Comunitária (3º curso), Enfermagem Médico-Cirúrgica (3º curso) e Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria (3º curso) e Saúde Mental e Psiquiátrica (2º curso). Tem em funcionamento os curso de Pós-Licenciatura de Especialização em: Enfermagem Médico Cirúrgica (2º curso), Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria (2º curso), Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia (3º curso) e Enfermagem de Reabilitação (3º curso), Enfermagem Comunitária (2º curso) e Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica (1º curso)	
Continuará a abrir cursos de formação de curta duração e Pós-Graduada numa perspectiva de formação ao longa da vida.	
Desenvolve a investigação em Enfermagem, acolhe uma Unidade de Investigação em ciências da Saúde: Domínio de Enfermagem.	
Desenvolve projectos de colaboração com Instituições de saúde e ensino no âmbito da formação em contexto de trabalho e promoção da saúde.	

Justificação (b)

1. Justificação Quantitativa

Rubricas	
010204 -	30 000€ - Valor mínimo necessário para fazer face a ajudas de custo
010207 -	3 000€ - Valor mínimo necessário para colaboração técnica especializada
010214 -	2 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de outros abonos em numerário e espécie
020102 -	5 000€ - Valor mínimo necessário para aquisições de combustíveis e lubrificantes
020104 -	10 000€ - Valor mínimo necessário para aquisições de produtos de limpeza e higiene
020105 -	1 000€ - Valor mínimo necessário para alimentação - refeições confeccionadas
020107 -	500€ - Valor mínimo necessário para aquisições de vestuário e artigos pessoais
020108 -	100 000€ - Valor mínimo necessário para aquisições de material de escritório
020109 -	500€ - Valor mínimo necessário para aquisições de produtos químicos e farmacêuticos
020111 -	17 000€ - Valor mínimo necessário para aquisições de material de consumo clínico
020113 -	500€ - Valor mínimo necessário para aquisições de material de consumo hoteleiro
020114 -	7 000€ - Valor mínimo necessário para aquisição de outro material - peças
020115 -	30 000€ - Valor mínimo necessário para aquisições de prémios, condecorações e ofertas
020117 -	3 500€ - Valor mínimo necessário para aquisições de ferramentas e utensílios
020118 -	1 700€ - Valor mínimo necessário para aquisições de livros e documentação técnica
211 700€ A transportar	

Handwritten signature/initials

1. Justificação Quantitativa - Continuação

Rubricas	211 700€ Transporte
020119 -	1 000€ - Valor mínimo necessário para aquisições de artigos honoríficos e de decoração
020120 -	50 000€ - Valor mínimo necessário para aquisições de material de educação, cultura e recreio
020121 -	15 000€ - Valor mínimo necessário para aquisições de outros bens
020201 -	230 000€ - Valor mínimo necessário para encargos das instalações
020202 -	118 000€ - Valor mínimo necessário para limpeza e higiene
020203 -	200 000€ - Valor mínimo necessário para conservação de bens
020205 -	500€ - Valor mínimo necessário para locação de material de informática
020206 -	500€ - Valor mínimo necessário para locação de material de transportes
020208 -	15 000€ - Valor mínimo necessário para locação de outros bens
020209 A0 -	8 100€ - Valor mínimo necessário para acessos à Internet
020209 B0 -	16 200€ - Valor mínimo necessário para comunicações fixas de dados
020209 C0 -	7 000€ - Valor mínimo necessário para comunicações fixas de voz
020209 D0 -	20 000€ - Valor mínimo necessário para comunicações móveis
020209 F0 -	12 000€ - Valor mínimo necessário para outros serviços de comunicações
020210 -	12 000€ - Valor mínimo necessário para transportes
020211 -	500€ - Valor mínimo necessário para representação dos serviços
020212 -	5 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de seguros
020213 -	100 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de deslocações e estadas
020214 -	15 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de Estudos Pareceres, Projectos e Consultoria
020215 -	70 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de formação
020216 -	1 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de seminários, exposições e similares
020217 -	10 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de publicidade
020218 -	42 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de vigilância e segurança
020219 -	20 000€ - Valor mínimo necessário para assistência técnica
020220 -	371 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de outros trabalhos especializados
020222 -	60 000€ - Valor mínimo necessário para pagamentos de serviços de saúde
020225 -	20 000€ - Valor mínimo necessário para pagamentos de outros serviços
040802 -	40 000€ - Valor mínimo necessário para famílias - outras
060201 -	1 500€ - Valor mínimo necessário para pagamento de impostos e taxas
060202 -	25 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de activos incorpóreos
060203 -	20 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de outras
07 01 03 B0	100 000€ - Valor mínimo necessário para edifícios - AC-SFA
07 01 07 B0A0	5 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de equipamento de informática - hardware de comunicações
07 01 07 B0B0	65 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de equipamento de informática - outros
07 01 08 B0B0	35 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de software informático - outros
07 01 09 B0B0	100 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de equipamento administrativo - outros
07 01 10 B0B0	200 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de equipamento básico - outros
07 01 11 B0	5 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de ferramentas e utensílios - AC-SFA
07 01 15 B0	5 000€ - Valor mínimo necessário para pagamento de outros investimentos - AC - SFA
	2 233 000€ Total geral

Nota: identificar a natureza das despesas a realizar relativamente às actividades mais relevantes

2. Justificação Qualitativa por actividade (c)

Relativamente ao Orçamento de Estado, as verbas inscritas reflectem essencialmente as despesas com pessoal, em virtude do plafond atribuído em 2008 ter sido gasto quase na totalidade em despesas de pessoal. É a este nível que a Escola continua a confrontar-se com grandes carências especialmente ao nível do pessoal docente. No ano lectivo 2008/2009, a Escola conta abrir 4 concursos para Professor Adjunto, por conta das vagas deixadas pelos nove professores que se aposentaram nos três últimos anos e cujos lugares não foram ocupados. Conta, ainda, manter os contratados com vista a dispor de 166 ETI(s) docentes, para a concretização das actividades pedagógicas planeadas. Esta situação manterá um baixo ratio professor/aluno 1/11,2, este baixo ratio tem obrigado a que os docentes privilegiem a componente ensino (sendo-lhes distribuído o limite máximo de horas previsto no Decreto-Lei nº185/81), o que prejudica a componente de investigação e a possibilidade de progressivamente desenvolverem os seus percursos académicos, entre eles o desenvolvimento das suas dissertações com vista à obtenção do grau de doutor (domínios estratégicos para que a Escola disponha dos indicadores de qualificação do corpo docente previsto na Lei), e para o desenvolvimento global da Escola. Ficam, entre outras, comprometidas actividades como, na área de ensino a diversificação dos cursos que a Escola oferece e os serviços que presta à comunidade. Mas, o orçamento de que a Escola dispõe e a dificuldade em contratar professores em situação precária, impede-nos de aumentar as contratações para além do previsto neste Orçamento e Plano de Actividades e em consequência diminuir o ratio professor /aluno.

No futuro a manter-se a situação financeira, torna-se impossível continuar a admitir um tão elevado número de alunos.

Em 2005 o Despacho nº5641/2005 do MCIES definiu como ratio professor/aluno para o ensino de Enfermagem 1/8 e atribuiu às Escolas que deram origem à ESEnFC 208 ETI(s) docentes. Atentos à situação económico-financeira do país mas sem poder continuar a comprometer a qualidade e o desenvolvimento da Escola, o Conselho Directivo decidiu que a aproximação ao ratio definido pelo Ministério para a formação em Enfermagem se fará progressivamente ao longo de cinco anos. Durante o ano de 2009, prevê-se que se aumentem 7,8 % os ETIs relativamente a 2008 e far-se-á a substituição de quatro de nove docentes aposentados.

Esta necessidade é inultrapassável tanto mais que a carência de enfermeiros nos Serviços de Saúde torna cada vez mais difícil negociar a colaboração dos Enfermeiros dos serviços onde ocorre o ensino clínico na orientação pedagógica dos nossos estudantes, situação que exige regulamentação conjunta do MCTES e Ministério da Saúde, e que já apresentamos oportunamente.

Quanto ao pessoal não docente contamos com 83 funcionários. O número de ETI(s) não docentes atribuído pelo MCIES em 2005 foi de 125 (Despacho nº5641/2005). Dada a necessidade de contenção de despesa não temos substituído os não docentes que se aposentaram. Este ano teremos, no entanto, para mantermos o regular funcionamento dos serviços que contratar não docentes para assegurar actividades que se revelam permanentes e que até aqui puderam ser asseguradas por contratos de tarefa e/ou prestação de serviços e para substituir funcionários que se aposentaram.

Quanto aos restantes domínios contamos manter a política de contenção e rigor que sempre nos caracterizou, prevendo que a despesa reflecta estritamente o necessário ao regular funcionamento da Escola.

3. Indicadores de gestão

3.1. Indicadores de meios

3.1.1 humanos

Em 2008 o ratio professor/aluno = 1/10,5

Previsto para 2009 o ratio professor/aluno = 1/10,65

Em 2008 o ratio pessoal não docente/aluno = 1/19,7

Previsto para 2009 o ratio pessoal não docente/aluno = 1/19,5

3.1.2 equipamento

Total do investimento/melhoria das condições trabalho dos docentes = 20%

Total do investimento/melhoria das condições trabalho de não docente = 10%

Total do investimento/melhoria das condições dos alunos = 70%

3.2. Indicadores de realização

Número de alunos a frequentar a Escola:

Alunos do Curso de Licenciatura em Enfermagem (ETC): 1382;

Alunos dos Cursos de Pós-Graduação (ETC) ≥ 60 ;

Alunos do Cursos de Pós licenciatura (ETC) ≥ 260 ;

Índice de sucesso educativo (Licenciatura) $\geq 90\%$;

Taxa de insucesso: $\leq 10\%$;

Metas para o ano de 2009

Algumas metas quantificáveis para o desempenho em 2009:

Nível de satisfação dos estudantes com o curso que frequentam $\geq 70\%$;

Nível de satisfação dos estudantes com a quantidade e qualidade da orientação pedagógica em Ensino Clínico $\geq 80\%$;

Nível de satisfação dos estudantes com as condições da Escola para o estudo e frequência do curso $\geq 80\%$;

Nível de satisfação dos estudantes com o seu funcionário de referência e/ou os serviços (Académicos e Serviços Documnetais) $\geq 70\%$;

Percentagem de docentes que consideram que tiveram boas condições para realização de trabalhos na componente de ensino $\geq 80\%$;

Percentagem de docentes que consideram que tiveram boas condições para realização de trabalhos na componente de investigação $\geq 30\%$;

Percentagem de docentes que consideram que tiveram boas condições para realização do seu processo de formação contínua $\geq 80\%$;

Percentagem de não docentes que considera que estar satisfeito ou muito satisfeito com a realização do seu trabalho $\geq 80\%$;

Percentagem de não docentes que realizaram pelo menos uma acção de formação contínua = 90% ;

Outros indicadores:

Número de alunos que realizaram um período de formação no âmbito de programas de mobilidade nacional e/ou internacional ≥ 45

Número de artigos publicados por docentes da escola em revistas, como autor principal ≥ 60 ;

Número de artigos publicados por docentes da escola em revistas referenciadas no *Institut for Scientific information na* (ISI) ≥ 1 por autor;

Número de comunicações proferidas por docentes da escola em congressos e outros encontros científicos internacionais ≥ 60 ;

Classificação da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Ciências da Saúde: Domínio de Enfermagem em 2013 $\geq$ Very Good.

- (a) No que respeita ao orçamento de PIDDAC, as actividades deverão corresponder aos projectos de PIDDAC, devendo a numeração a atribuir ser sequencial dentro da orgânica e ser inicializada em 101.
- (b) As actividades e rubricas que não se encontrem devidamente justificadas, quer quantitativa quer qualitativamente, não poderão ser consideradas.
- (c) Indicar, quando aplicável, a fundamentação legal.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
CAPÍTULO : 04 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS E APOIO
DIVISÃO : 31 ESCOLAS SUPERIORES DE ENFERMAGEM NÃO INTEGRADAS
SUBDIVISÃO: 00 ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

ANEXO IV

Programa
Medida
P 12 Ensino Superior
M 2 Ensino Superior Politécnico

unidade : euro

CLASSIFICAÇÃO	FUNCAO	ECONOMICA		FUNCAO	RUBRICA	AUTORIZAÇÕES DE PAGAMENTOS EM 2007		CORRIGIDO 2008	DOTAÇÃO PROPOSTA PARA 2009		VARIAÇÃO		ALTERAÇÕES DECIDIDAS PELO GOVERNO	IMPORTÂNCIA FINAL
		nútrica	sublinha			(1)	(2)		ATIVIDADES EM CURSO	NOVAS	IMPORTÂNCIA	%		
2.01.4	10109			510	Despesas com pessoal				(3)	(4)	(5)=(3)+(4)	(6)=(5)-(2)	(7)=(6)-(2)	(8)=(9)-(7)
	10114				Remunerações certas e permanentes	0.00	15.432				0	-15.432	-100.0%	0
					Pessoal em qualquer outra situação	2.910					0	-2.910	-100.0%	0
					Subsídio de férias e de Natal	0.00	18.342		0.00		0	-18.342	-100.0%	0
	10204				Alugueres	3.978.51	9.689		30.432		30.432	213.5%		30.432
	10207				Outros Alugueres	6.765.92	3.313		3.000		3.000	-3.4%		3.000
	10214				Outros Alugueres em numerário e espécie	0.00	2.000		2.000		2.000	0.0%		2.000
					Total do subagrupamento 01	10.744.43	14.681		35.000		35.000	135.2%		35.000
	01.03.01				Segurança Social	0.00	0				0	0.0%		0
	10305	A0	B0		Encargos com a saúde	0.00	3.777				0	-3.777	-100.0%	0
					Segurança Social	0.00	3.777		0		0	-3.777	-100.0%	0
					Total do subagrupamento 02	10.744.43	37.000		35.000		35.000	-5.4%		35.000
	20102				Aquisição de bens e serviços	4.420.20	4.500		5.000		5.000	11.1%		5.000
	20104				Combustíveis e lubrificantes	4.182.21	14.500		10.000		10.000	-31.0%		10.000
	20105				Alimentação - refeições confeccionadas	426.00	1.000		500		500	0.0%		500
	20107				Vestuário e artigos pessoais	0.00	500		500		500	0.0%		500
	20108				Produtos químicos e farmacêuticos	94.278.31	800		100.000		100.000	-35.5%		100.000
	20109				Material de consumo clínico	0.00	500		500		500	0.0%		500
	20111				Material de consumo hospitalar	31.814.74	9.500		17.000		17.000	-27.5%		17.000
	20113				Outros materiais pessoais	1.414.74	500		500		500	0.0%		500
	20115				Prêmios, concessões e ofertas	5.416.57	7.000		7.000		7.000	0.0%		7.000
	20117				Ferramentas e utensílios	25.853.13	48.500		30.000		30.000	-39.4%		30.000
	20118				Livros e documentação técnica	3.225.76	7.500		3.500		3.500	-53.3%		3.500
	20119				Artigos honoríficos e de decoração	1.174.33	1.000		1.000		1.000	0.0%		1.000
	20120				Material de educação, cultura e recreio	21.122.86	52.500		50.000		50.000	-4.8%		50.000
	20121				Outros bens	11.941.72	13.000		15.000		15.000	15.4%		15.000
					Total do subagrupamento 01	203.301.36	318.500		242.700		242.700	-23.8%		242.700
	02.02.01				Aquisição de serviços	176.331.82	468.000		230.000		230.000	-50.6%		230.000
	02.02.02				Encargos com instalações	78.217.37	116.428		118.000		118.000	2.2%		118.000
	02.02.03				Limpeza e higiene	181.879.38	531.800		200.000		200.000	-62.4%		200.000
	02.02.05				Conservação de Bens	0.00	400		500		500	25.0%		500
	02.02.06				Locação de material de informática	1.620.43	500		500		500	0.0%		500
	02.02.08				Locação de outros bens	11.331.21	11.560		15.000		15.000	29.8%		15.000
	02.02.09	A0			Comunicações acesso à Internet	2.553.02	2.000		18.000		18.000	775.0%		18.000
	02.02.09	B0			Comunicações faxes de dados	16.151.52	10.000		7.000		7.000	-43.8%		7.000
	02.02.09	D0			Comunicações faxes de voz	6.872.67	10.000		20.000		20.000	300.0%		20.000
	02.02.09	F0			Comunicações móveis	224.09	1.500		12.000		12.000	700.0%		12.000
	02.02.10				Transportes	1.484.40	11.300		12.000		12.000	6.2%		12.000
	02.02.11				Representação dos Serviços	0.00	500		500		500	0.0%		500
	02.02.12				Seguro	2.622.65	5.000		5.000		5.000	0.0%		5.000
	02.02.13				Deslocações e Estadas	64.840.02	106.911		100.000		100.000	-5.6%		100.000
	02.02.14				Estudos, Pareceres, Projectos e Consultoria	0.00	16.089		15.000		15.000	-6.8%		15.000
	02.02.15				Formação	27.287.80	75.000		70.000		70.000	-6.7%		70.000
	02.02.16				Seminários, Exposições e Similares	0.00	2.500		1.000		1.000	-60.0%		1.000
	02.02.17				Publicidade	9.979.20	12.000		10.000		10.000	-16.7%		10.000
	02.02.18				Vigilância e Segurança	33.278.66	40.917		42.000		42.000	2.6%		42.000
	02.02.19				Assistência Técnica	14.884.23	20.000		20.000		20.000	0.0%		20.000
	02.02.20				Outros Trabalhos Especializados	170.986.11	416.655		371.000		371.000	-11.0%		371.000
	02.02.22				Serviços de Saúde	58.828.03	70.900		60.000		60.000	-15.4%		60.000
	02.02.25				Outros Serviços	115.211.72	1.015.464.54		20.000		20.000	-98.0%		20.000
					Total do subagrupamento 02	993.417.95	2.943.824.54		1.353.800		1.353.800	-54.0%		1.353.800
					Total do Agrupamento 02	1.199.719.31	3.262.324.54		1.596.500		1.596.500	-51.1%		1.596.500

* Integra o saldo de gestão de 2007 no valor de 2.588.325 €
Circular OE(2009), N.º 1343

FUNCCIONAL	CLASSIFICAÇÃO			FONTE DE FINANCIAMENTO	RUBRICA	AUTORIZAÇÕES DE PAGAMENTOS EM 2007	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2008	DOTAÇÃO PROPOSTA PARA 2009		VARIAÇÃO		ALTERAÇÕES DECORRENTES DO GOVERNO	IMPORTÂNCIA FINAL
	núbrica	alínea	subalínea					ACTIVIDADES EM CURSO	ACTIVIDADES NOVAS	TOTAL	IMPORTÂNCIA		
						(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)+(4)	(6)=(5)+(2)	(7)=(6)+(2)	(8)=(5)+(6)
2.01.4	40800			510	Transferências Correntes	31 297,86	30 000,00	40 000,00		40 000,00	10 000,00	33,33%	40 000,00
	40802				Outras	31 297,86	30 000,00	40 000,00	0,00	40 000,00	10 000,00	33,33%	40 000,00
					Outras Despesas Correntes								
	06.02.00				Diversas	1 411,50	2 000,00	1 500,00		1 500,00	- 500,00	-25,00%	1 500,00
	06.02.01				Impostos e taxas	17 276,24	20 000,00	25 000,00		25 000,00	5 000,00	25,00%	25 000,00
	06.02.02				Ativo imobilizável	23 404,59	22 500,00	20 000,00		20 000,00	- 2 500,00	-11,11%	20 000,00
	06.02.03				Outras	42 182,32	44 500,00	46 500,00	0	46 500,00	2 000,00	4,55%	46 500,00
					Total do Subgrupoamento 02	42 182,32	44 500,00	46 500,00	0	46 500,00	2 000,00	4,55%	46 500,00
					Total do Agrupamento 06	42 182,32	44 500,00	46 500,00	0	46 500,00	2 000,00	4,55%	46 500,00
					Aquisição de Bens de Capital								
	07.01.03	BO			Investimentos	152 393,57	400 000,00	100 000,00		100 000,00	- 300 000,00	-75,00%	100 000,00
	07.01.07	BO	AO		AC - SFA	0,00	5 000,00	5 000,00		5 000,00	0,00	0,00%	5 000,00
	07.01.07	BO	BO		Hardware de comunicações	93 964,95	100 000,00	65 000,00		65 000,00	- 35 000,00	-35,00%	65 000,00
	07.01.08	BO	BO		Outros	24 447,99	35 000,00	35 000,00		35 000,00	0,00	0,00%	35 000,00
	07.01.09	BO	BO		Outros	193 463,26	200 000,00	100 000,00		100 000,00	- 100 000,00	-50,00%	100 000,00
	07.01.10	BO	BO		Outros	394 124,23	877 000,00	200 000,00		200 000,00	- 677 000,00	-77,22%	200 000,00
	07.01.11	BO	BO		Outros	3 830,83	5 000,00	5 000,00		5 000,00	0,00	0,00%	5 000,00
	07.01.15	BO			AC - SFA	6 790,25	12 500,00	5 000,00		5 000,00	- 7 500,00	-60,00%	5 000,00
					Total do Subgrupoamento 01	863 045,18	1 634 500,00	515 000,00	0	515 000,00	- 1 119 500,00	-68,55%	515 000,00
					Total do Agrupamento 07	863 045,18	1 634 500,00	515 000,00	0	515 000,00	- 1 119 500,00	-68,55%	515 000,00
					Total da Fonte de Financiamento 510	2 152 989,10	5 008 374,54	2 233 000,00	0	2 233 000,00	- 2 775 325,00	-55,44%	2 233 000,00

* Integra o saldo de gestão de 2007 no valor de 2 598 325 €

Circular 06/2009, N.º 1343

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
CAPÍTULO : 04 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS E APOIO
DIVISÃO : 31 ESCOLAS SUPERIORES DE ENFERMAGEM NÃO INTEGRADAS
SUBDIVISÃO: 00 ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

ANEXO V

FONTE DE FINANCIAMENTO: 510

unidade : euro

PROGRAMA/ HEDRA	CLASSIFICAÇÃO			RUBRICA	ACTIVIDADE 194	ACTIVIDADE 02	ACTIVIDADE 03	ACTIVIDADE 04	ACTIVIDADE 05	ACTIVIDADE 06	TOTAL
	FUNCIONAL	ECONOMICA									
		COD.	alínea								
12/002	2.01.4										
		01.01.09 01.01.14			Despesas com pessoal Remunerações certas e permanentes Pessoal em qualquer outra situação Subsídio de férias e de Natal	0 0 0 0					0 0 0 0

ATENÇÃO: Deve ser preenchida uma ficha para cada fonte de financiamento.

Circular OE/2009, Nº 1343

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
CAPÍTULO : 04 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS E APOIO
DIVISÃO : 31 ESCOLAS SUPERIORES DE ENFERMAGEM NÃO INTEGRADAS
SUBDIVISÃO: 00 ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

FONTE DE FINANCIAMENTO: 510

unidade : euro

PROGRAMA/ MEDIDA	CLASSIFICAÇÃO			RUBRICA	ACTIVIDADE 194	ACTIVIDADE 02	ACTIVIDADE 03	ACTIVIDADE 04	ACTIVIDADE 05	ACTIVIDADE 06	TOTAL
	FUNCIONAL	ECONOMICA									
		COD.	alínea	subalínea							
12/002	2.01.4	40800 40802			Transferências Correntes Família Outras						0 0 40 000 40 000 40 000
					Total do Subgrupamento 08 Total do Agrupamento 04						0 0 1 500 25 000 20 000 46 500 46 500
		06 02 00 06 02 01 06 02 02 06 02 03			Outras Despesas Correntes Diversas Impostos e taxas Aluguer incorpóreo Outras						0 0 1 500 25 000 20 000 46 500 46 500
					Total do Subgrupamento 02 Total do Agrupamento 06						0 0 100 000 5 000 65 000 35 000 100 000 200 000 5 000 5 000 515 000 515 000
		07 01 03 07 01 07 07 01 07 07 01 08 07 01 09 07 01 10 07 01 11 07 01 15			Aquisição de Bens de Capital Investimentos AC - SFA Hardware de comunicações Outros Outros Outros Outros AC - SFA AC - SFA						0 0 5 000 65 000 35 000 100 000 200 000 5 000 5 000 515 000 515 000
					Total do Subgrupamento 01 Total do Agrupamento 07						0 0 515 000 515 000
					TOTAL DA FONTE DE FINANCIAMENTO 510						2 233 000 0 0 0 0 0 2 233 000

ATENÇÃO: Deve ser preenchida uma ficha para cada fonte de financiamento.

Circular 05/2009, Nº 1343

Instituição: ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

Ano 2009

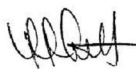
Balanco Previsional

Unidade monetária: Euro

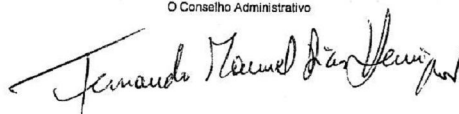
Código das contas POC Educação	Activo	2009		
		AB	AP	AL
	Imobilizado:			
	Imobilizações em curso:			
442	Imobilizações em curso	0.00	0.00	0.00
				0.00
	Imobilizações incorpóreas:			
431	Despesas de instalação	14 690.52	2 420.57	12 469.95
433	Propriedade Industrial e outros Direitos	1 470.00	883.78	586.22
439	Imobilizações incorpóreas:	2 917.97	2 917.97	0.00
		19 278.49	6 222.32	13 056.17
	Imobilizações corpóreas:			
422	Edifícios e outras construções	6 999 632.39	3 112 193.06	3 887 439.33
423	Equipamento básico	1 833 138.44	1 029 230.44	803 908.00
424	Equipamento de transporte	84 245.30	72 423.80	11 821.50
425	Ferramentas e utensílios	34 522.91	25 344.46	9 178.45
426	Equipamento administrativo	3 061 531.27	2 655 806.86	405 724.41
429	Outras imobilizações corpóreas	84 926.43	48 101.36	36 825.07
		12 097 996.74	6 943 099.98	5 154 856.76
	Investimentos Financeiros			
412	Obrigações e títulos de participação	4 987.98		4 987.98
		4 987.98		4 987.98
	Circulante:			
	Existências:			
36	Matérias	35 000.00		35 000.00
		35 000.00		35 000.00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo			
211	Clientes, c/c	14 789.33		14 789.33
212	Alunos, c/c			
	Utentes, c/c			
218	Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa			
221	Fornecedores, c/c			
251	Devedores pela execução do orçamento			
24	Estado e outros entes públicos			
26	Outros devedores	4 850.30		4 850.30
		19 639.63	0.00	19 639.63
	Títulos negociáveis:			
18	Outras aplicações de tesouraria			
	Depósitos em instituições financeiras e caixa			
13	Conta no tesouro	5 390 279.63		5 390 279.63
12	Depósitos em instituições financeiras	26 950.00		26 950.00
11	Caixa	5 000.00		5 000.00
		5 422 229.63		5 422 229.63
	Acréscimos e diferimentos			
271	Acréscimos de proveitos	7 500.00		7 500.00
272	Custos diferidos	45 000.00		45 000.00
		52 500.00		52 500.00
	Total de amortizações		6 943 099.98	
	Total de provisões			
	Total do activo	17 572 726.37	6 943 099.98	10 702 310.17

Código das contas POC Educação	Fundos próprios e passivo	2008
51	Fundos próprios	
	Património	774 511.63
		774 511.63
	Reservas:	
574	Reservas livres	2 734 440.67
		2 734 440.67
59	Resultados transitados	5 587 450.52
88	Resultado líquido do exercício	55 517.22
		5 642 967.74
	Passivo:	
29	Provisões para riscos e encargos	
	Dívidas a terceiros - Curto prazo	
217	Clientes, alunos e utentes c/ cauções	4 500.00
221	Fornecedores c/c	0.00
227	Fornecedores c/c cauções	45 000.00
252	Credores pela execução do orçamento	
24	Estado e outros entes públicos	5 500.00
26	Outros credores	50 000.00
		105 000.00
	Acréscimos e diferimentos:	
273	Acréscimos de custos	45 000.00
274	Proveitos diferidos	1 400 390.13
		1 445 390.13
	Total dos fundos próprios e passivo	10 702 310.17

O responsável



O Conselho Administrativo



Instituição ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

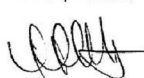
Ano 2009

6. Demonstração dos Resultados por Natureza Previsional

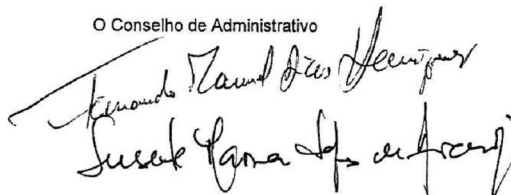
		Unidade Monetária: Euro	
Código das contas POC Educação	Custos e perdas	2009	
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:		
	Mercadorias	100 500	
	Matérias	0	100 500
62	Fornecimentos e serviços externos	1 597 100	
641+642	Custos com o pessoal:		
643 a 648	Remunerações	7 752 017	
	Encargos sociais	566 000	
	Outros	75 000	
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	80 050	10 070 167
66	Amortizações do exercício	533 500	533 500
67	Provisões do exercício		
65	Outros custos e perdas operacionais	46 500	46 500
	(A)		10 650 167
68	Custos e perdas financeiras	1 500	1 500
	(C)		10 651 667
69	Custos e perdas extraordinárias	3 000	
	(E)		10 648 667
88	Resultado líquido do exercício		55 517

Código das contas POC Educação	Proveitos e ganhos	2008	
71	Vendas e prestações de serviços:		
711	Vendas de mercadorias	6 500	
712	Prestações de serviços	268 860	275 360
72	Impostos e taxas	1 930 425	
	Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria entidade		
73	Proveitos suplementares	3 215	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:		
741	Transferências - Tesouro		
742 e 743	Outras	8 471 184	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		10 404 824
	(B)		10 680 184
78	Proveitos e ganhos financeiros		24 000
	(D)		10 704 184
79	Proveitos e ganhos extraordinários		
	(F)		10 704 184
Resumo		2008	
Resultados operacionais: (B)-(A)=			30 017
Resultados financeiros: (D)-(C)=			22 500
Resultados correntes: (D)-(C)=			52 517
Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=			55 517

O Responsável



O Conselho de Administrativo



Instituição: Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

Período de Gerência: 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2007

6. Demonstração dos Resultados por Natureza

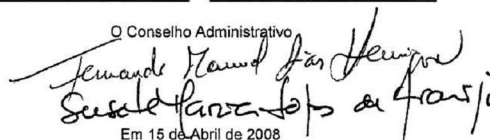
		Unidade Monetária: Euro			
Código das contas POC Educação	Custos e perdas	2007		2006	
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias	63 199.32	63 199.32	91 003.51	91 003.51
62	Fornecimentos e serviços externos	1 937 859.63		2 396 168.32	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	7 148 588.98		7 406 747.24	
643 a 648	Encargos sociais	721 313.55		292 705.60	-
649	Outros	85 712.09	9 893 474.25	64 246.00	10 159 867.16
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	250 238.88	250 238.88	1 207 204.26	1 207 204.26
66	Amortizações do exercício	370 341.53	370 341.53	407 932.50	407 932.50
65	Outros custos e perdas operacionais	40 338.58	40 338.58	30 591.76	30 591.76
	(A)		10 617 592.56		11 896 599.19
68	Custos e perdas financeiras	428.86	428.86	3 565.45	3 565.45
	(C)		10 618 021.42		11 900 164.64
69	Custos e perdas extraordinárias	22 702.02	22 702.02	62 819.09	62 819.09
	(E)		10 640 723.44		11 962 983.73
88	Resultado líquido do exercício	434 330.53	434 330.53	80 462.67	80 462.67
			11 075 053.97		12 043 446.40
Código das contas POC Educação	Proveitos e ganhos	2007		2006	
71	Vendas e prestações de serviços:				
711	Vendas de mercadorias	83 497.30		129 472.90	
712	Prestações de serviços	165 953.04	249 450.34	228 738.11	358 211.01
72	Impostos e taxas	1 704 197.75		1 438 798.97	
73	Proveitos suplementares	260 466.39		72 252.46	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742 e 743	Outras	8 813 120.32		10 093 874.78	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	39 727.04	10 817 511.50	56 796.84	11 661 723.05
	(B)		11 066 981.84		12 019 934.06
78	Proveitos e ganhos financeiros	7 974.13	7 974.13	8 249.17	8 249.17
	(D)		11 074 935.97		12 028 183.23
79	Proveitos e ganhos extraordinários	118.00	118.00	15 263.17	15 263.17
	(F)		11 075 053.97		12 043 446.40
Resumo		2007		2006	
Resultados operacionais: (B)-(A)=		449 369.28		123 334.87	
Resultados financeiros: (D)-(C)=		7 545.27		4 683.72	
Resultados correntes: (D)-(C)=		456 914.55		128 018.59	
Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		434 330.53		80 462.67	

O Responsável



Em 15 de Abril de 2008

O Conselho Administrativo



Em 15 de Abril de 2008

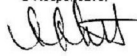
Instituição: Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
 Período de Gerência: 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2007

5. Balanço

Código das contas POC Educação	Activo	2007			2006
		Unidade monetária: Euro			
		AB	AP	AL	
	Imobilizado:				
	Imobilizações em curso:				
442	Imobilizações em curso	1 369 146.14	0.00	1 369 146.14	263 180.69
				1 369 146.14	263 180.69
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	14 890.52	2 420.57	12 469.95	12 469.95
433	Propriedade industrial e outros direitos	1 470.00	330.28	1 139.72	1 213.22
	Outras imobilizações incorpóreas	2 917.97	2 917.97	0.00	0.00
		19 278.49	5 668.82	13 609.67	13 683.17
	Imobilizações corpóreas:				
422	Edifícios e outras construções	5 645 919.55	2 864 557.42	2 781 362.13	2 912 903.36
423	Equipamento básico	1 633 138.44	924 230.44	708 908.00	349 160.38
424	Equipamento de transporte	84 245.30	51 423.80	32 821.50	38 975.54
425	Ferramentas e utensílios	29 014.37	21 344.46	7 669.91	5 222.46
426	Equipamento administrativo	3 170 966.49	2 504 806.66	666 159.63	463 418.98
429	Outras imobilizações corpóreas	91 000.93	43 101.36	47 899.57	43 971.88
		10 654 285.08	6 409 464.34	4 244 820.74	3 813 652.40
	Investimentos financeiros:				
412	Obrigações e títulos de participação	4 987.98		4 987.98	4 987.98
		4 987.98		4 987.98	4 987.98
	Circulante				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	102 096.53		102 096.53	0.00
		102 096.53		102 096.53	0.00
	Dívidas de terceiros – Curto prazo				
211	Clientes	39 987.05		39 987.05	0.00
212	Alunos c/c	1 049.66		1 049.66	14 791.18
221	Fornecedores c/c	3 032.70		3 032.70	944.39
24	Estado e outros entes públicos	0.00		0.00	0.00
26	Outros devedores	5 263.68		5 263.68	5 263.78
		49 333.09		49 333.09	20 999.35
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12/13	Depósitos em instituições financeiras	5 590 848.13		5 590 848.13	6 892 260.86
11	Caixa	7 068.98		7 068.98	12 930.60
		5 597 917.11		5 597 917.11	6 905 191.46
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de Provedores	145 523.87		145 523.87	28 034.76
272	Custos diferidos	1 701.08		1 701.08	55 478.79
		147 224.95		147 224.95	83 513.55
	Total de amortizações		6 415 133.16		
	Total de provisões				
	Total do activo	16 575 123.23	6 415 133.16	11 529 136.21	0.00
					11 105 208.60

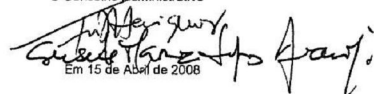
Código das contas POC Educação	Fundos próprios e passivo	2007	2006
51	Fundos próprios Património	774 511.63 <u>774 511.63</u>	- <u>774 511.63</u>
574	Reservas Reservas livres	2 734 440.24 <u>2 734 440.24</u>	2 734 440.24 <u>2 734 440.24</u>
59	Resultados transitados	5 308 579.32	5 228 116.65
88	Resultado líquido do exercício	<u>434 330.53</u>	<u>80 462.67</u>
		<u>5 742 909.85</u>	<u>5 308 579.32</u>
	Passivo:		
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
212	Clientes c/c	0.00	150.00
221	Fornecedores c/c	0.00	0.00
217	Clientes c/c cações	4 545.93	2 345.93
227	Fornecedores c/c cações	33 415.45	47 213.46
24	Estado e outros entes públicos	15 083.13	7 845.36
26	Outros credores	<u>70 631.06</u>	<u>23 438.34</u>
		<u>123 675.57</u>	<u>80 993.09</u>
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	31 724.20	39 891.85
274	Proveitos diferidos	<u>2 121 674.72</u>	<u>2 166 792.47</u>
		<u>2 153 398.92</u>	<u>2 206 684.32</u>
	Total dos fundos próprios e passivo	<u>11 529 136.21</u>	<u>11 105 208.60</u>

O Responsável



Em 15 de Abril de 2008

O Conselho Administrativo



Em 15 de Abril de 2008

